

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**SUMÁRIO**

**CAPÍTULO I - DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**.....Art. 3º - 9º

**CAPÍTULO II - DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**.....Art. 10º - 28º

Seção I - Do Fato Gerador.....Art. 11º - 15º

Seção II- Do Sujeito Ativo.....Art. 16º

Seção III - Do Sujeito Passivo.....Art. 17º- 19º

Seção IV - Da Solidariedade.....Art. 20º - 21º

Seção V - Da Capacidade Tributária passiva.....Art. 22º

Seção VI - Da Responsabilidade dos Sucessores.....Art. 23º- 26º

Seção VII - Da Responsabilidade de Terceiros.....Art. 27º - 28º

**CAPÍTULO III - DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**.....Art. 29º - 41º

Seção I - Disposições Gerais.....Art. 29º - 31º

Seção II - Da Constituição do Crédito Tributário.....Art. 32º - 33º

Seção III - Da Suspensão do Crédito Tributário.....Art. 34º - 38º

Seção IV - Da Extinção do Crédito Tributário.....Art. 39º

Seção V - Da Exclusão do Crédito Tributário.....Art. 40º - 41º

**TÍTULO II - DOS TRIBUTOS**.....Art. 42º - 92º

**CAPÍTULO I - DO ELENCO TRIBUTÁRIO**.....Art. 42º

**CAPÍTULO II - DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA**.....Art. 43º - 51º

Seção I - Do Fato Gerador e dos Contribuintes.....Art. 43º - 48º

Seção II - Da Base de Cálculo e das Alíquotas.....Art. 49º - 50º

Seção III - Das Isenções.....Ar. 51º

**CAPÍTULO III - DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS MÓVEIS**  
.....Art. 52º - 59º

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Seção I - Do Fato Gerador.....	Art. 52° - 53°
Seção II - Da Não-Incidência.....	Art. 54°
Seção III - Do Sujeito Passivo.....	Art. 55° - 56°
Seção IV - Da Base de Cálculo e Das Alíquotas.....	Art. 57° - 58°
Seção V - Das Isenções.....	Art. 59°
<b>CAPÍTULO IV - DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS.....</b>	<b>Art. 60° - 75°</b>
Seção I - Do Fato Gerador.....	Art. 60° - 63°
Seção II - Do Sujeito Passivo.....	Art. 64° - 66°
Seção III - Da Base de Cálculo e das Alíquotas.....	Art. 67 - 70°
Seção IV - Da Escrita e do Documentário Fiscal.....	Art. 71 - 74°
Seção V - Das Isenções.....	Art. 75°
<b>CAPÍTULO V - DA TAXA DE SERVIÇOS URBANOS.....</b>	<b>Art. 76° - 80°</b>
Seção I - Do fato Gerador e Dos Contribuintes.....	Art. 76° - 77°
Seção II - Do Cálculo e do Lançamento.....	Art. 78° - 79°
Seção III Da Isenção.....	Art. 80°
<b>CAPÍTULO VI - DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DIVERSOS.....</b>	<b>Art. 81° - 84°</b>
Seção I - Do Fato Gerador e dos Contribuintes.....	Art. 81° - 82°
Seção II - Do Cálculo e do Lançamento.....	Art. 83° - 84°
<b>CAPÍTULO VII - DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO, LICENÇA, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO.....</b>	<b>Art. 85° - 92°</b>
Seção I - Do Fato Gerador e dos Contribuintes.....	Art. 85° - 88°
Seção II - Do Cálculo e do Lançamento.....	Art. 89° - 90°
Seção III - Da Não-incidência e da Isenção.....	Art. 91° - 92°
<b>TÍTULO III -DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>Art. 93° - 237°</b>
<b>CAPÍTULO I - DO ÓRGÃO TRIBUTÁRIO.....</b>	<b>Art. 93° - 99°</b>
<b>CAPÍTULO II - DOS PROCEDIMENTOS.....</b>	<b>Art. 100° - 210°</b>
Seção I - Do Calendário Tributário.....	Art. 100° - 103°

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Seção II - Do Domicílio Tributário.....	Art. 104° - 105°
Seção III - Da Consulta.....	Art. 106° - 112°
Seção IV - Do Reconhecimento da Imunidade e da Isenção.....	Art. 113° - 115°
Seção V - Das Certidões Negativas.....	Art. 116° - 119°
<b>CAPÍTULO III - DOS INSTRUMENTOS OPERACIONAIS.....</b>	<b>Art. 120° - 170°</b>
Seção I- Da Atualização Monetária.....	Art. 120° - 124°
Seção II - Do Cadastro Tributário.....	Art. 125° - 130°
Seção III - Do Lançamento.....	Art. 131° - 132°
Subseção I - Do Arbitramento.....	Art. 133° - 135°
Subseção II - Da Estimativa.....	Art. 136° - 142°
Subseção III - Da Notificação do Lançamento.....	Art. 143° - 145°
Subseção IV - Da Decadência.....	Art. 146° - 147°
Subseção V - Da Prescrição.....	Art. 148° - 150°
Seção IV Do Pagamento.....	Art. 151° - 156°
Subseção I - Do Pagamento Indevido.....	Art. 157° - 161°
Subseção II - Da compensação.....	Art. 162°
Subseção III - Da Transação.....	Art. 163°
Subseção IV - Da Remissão.....	Art. 164°
Seção V - Da Dívida Ativa Tributária.....	Art. 165° - 170°
<b>CAPÍTULO IV - DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES.....</b>	<b>Art. 171° - 186°</b>
Seção I - Disposições Gerais.....	Art. 171° - 174°
Seção II - Das Multas.....	Art. 175° - 181°
Seção III - Da Sujeição a Regime Especial de fiscalização.....	Art. 182°
Seção IV - Da Proibição de Transacionar com o Município.....	Art. 183°
Seção V - Da Responsabilidade por Infrações.....	Art. 184° - 186°

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

<b>CAPÍTULO V - DA FISCALIZAÇÃO</b> .....	Art. 187º - 210º
Seção I - Da Competência das Autoridades.....	Art. 187º - 192º
Seção II - Dos Termos de Fiscalização.....	Art. 193º
Seção III - Da Apreensão de Bens e Documentos.....	Art. 194º - 198º
Seção IV - Da Notificação Preliminar.....	Art. 199º - 201º
Seção V - Do Auto de Infração.....	Art. 202º - 210º
<b>CAPÍTULO VI - DO PROCESSO CONTENCIOSO</b> .....	Art. 211º - 231º
Seção I - Da Reclamação contra o Lançamento.....	Art. 211º - 214º
Seção II - Da Defesa dos Autuados.....	Art. 215º - 218º
Subseção Única - Das Provas.....	Art. 219º - 223º
Seção III - Da Decisão em Primeira Instância.....	Art. 224º - 226º
Seção IV - Dos Recursos.....	Art. 227º - 230º
Subseção I - Do Recurso Voluntário.....	Art. 227º - 228º
Subseção II - Do Recurso de Ofício.....	Art. 229º - 230º
Seção V - Da Execução das Decisões Fiscais.....	Art. 231º
<b>DISPOSIÇÕES FINAIS</b> .....	Art. 232º - 237º

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### **LEI N.º 513/2002**

**“Altera o Código Tributário do Município de Pedra Dourada e dá outras providências.”**

A Prefeita do Município Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. A presente Lei Complementar altera a Lei n.º. 01, de 16 de Novembro de 1995 Código Tributário Municipal, e suas posteriores modificações passa a ter a seguinte redação, com fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil 1998, no Código Tributário Nacional, estatuto da Cidade e legislação subsequente e na Lei Orgânica do Município.

Art. 2º. Este Código disciplina a atividade tributária do Município e estabelece normas complementares de Direito Tributário relativas a ela.

#### **TÍTULO I DAS NORMAS GERAIS**

#### **CAPÍTULO I DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 3º. A expressão “legislação tributária” compreende as leis, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

Art. 4º. Somente a lei pode estabelecer:

I - a instituição de tributos ou a sua extinção;

II - a majoração de tributos ou a sua redução;

III - a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e de seu sujeito passivo;

IV - a fixação da alíquota do tributo e da sua base de cálculo;

V - a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI - as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, bem como de dispensa ou redução de penalidades.

§ 1º. A lei que estabelecer as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, bem como de dispensa ou redução de penalidades, previstas no inciso VI deste artigo:

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

I - não poderá instituir tratamento desigual entre os contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação ou função por eles exercidas, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

II - demonstrar o efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente dos benefícios concedidos.

§ 2º. Não constitui majoração de tributos, para os efeitos do inciso II deste artigo, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

§ 3º. A atualização a que se refere o § 2º. será promovida por ato do Poder Executivo e abrangerá tanto a correção monetária quanto a econômica da base de cálculo, em ambos os casos obedecidos os critérios e parâmetros definidos neste Código em leis subsequentes.

Art. 5º. O conteúdo e o alcance dos decretos restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos.

Art. 6º. são normas complementares das leis e dos decretos:

I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativas a que a lei atribua eficácia normativa;

III - as práticas reiteradamente adotadas pelas autoridades administrativas;

IV - os convênios celebrados pelo Município com outras esferas governamentais.

Art. 7º. A lei entra em vigor na data de sua publicação, se outra não for explicitada, salvo os dispositivos que instituam ou majorem tributos, definam novas hipóteses de incidência e extingam ou reduzam isenções, que só produzirão efeitos a partir de 1º. (primeiro) de janeiro do ano seguinte.

Art. 8º. Nenhum tributo será cobrado:

I - em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que houver instituído ou aumentado;

II - no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o houver instituído ou aumentado.

Art. 9º. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidades à infração dos dispositivos interpretados;

II - tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando:

a) deixe de defini-lo como infração;

b) deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento, nem implicado a falta de pagamento de tributos;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

c) omine-lhe penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.

### **CAPÍTULO II**

#### **DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

Art. 10 . A obrigação tributária compreende as seguintes modalidades:

I - obrigação tributária principal;

II - obrigação tributária acessória.

§ 1º. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objetivo o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º. A obrigação tributária acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações positivas ou negativas nela previstas no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§ 3º. A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

### **SEÇÃO I**

#### **DO FATO GERADOR**

Art. 11. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida neste Código como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município.

Art. 12. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária do município, impõe a prática ou a abtenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 13. Salvo disposição em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

I - tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que se produzam os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II - tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

Art. 14. Para os efeitos do inciso II do artigo anterior e salvo disposição em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

I - sendo suspensiva a condição, desde o momento do seu implemento;

II - sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou celebração do negócio.

Art. 15. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

I - da validade jurídica dos atos , efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros , bem como da natureza do objeto ou de seus efeitos;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

### **SEÇÃO II DO SUJEITO ATIVO**

Art. 16. Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município é a pessoa de direito público titular da competência para lançar, cobrar e fiscalizar os tributos especificados neste código e nas leis a ele subsequentes.

§1º. A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida a outra pessoa jurídica de direito público.

§2º. Não constitui delegação de competência o cometimento a pessoas de direito privado do encargo ou função de arrecadar tributos.

### **SEÇÃO III DO SUJEITO PASSIVO**

Art. 17. O sujeito passivo da obrigação tributária principal é a pessoa física ou jurídica obrigada, nos termos deste código, ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e será considerado:

I - contribuinte: quando tiver relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável: quando, sem se revestir da condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposições expressas neste código.

Art. 18. Sujeito passivo da obrigação tributária acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abtenção de atos previstos na legislação tributária do município.

Art. 19. Salvo os casos expressamente previstos em lei, as convenções e os contratos relativos à responsabilidade pelo pagamento de tributos não podem ser opostos à Fazenda Municipal, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

### **SEÇÃO IV DA SOLIDARIEDADE**

Art. 20. São solidariamente obrigadas:

I - as pessoas expressamente designadas neste código;

II - as pessoas que, ainda que não designadas neste código, tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.

Parágrafo Único. A solidariedade não comporta benefício de ordem.

Art. 21. Salvo os casos expressamente previsto em lei, a solidariedade produz os seguintes efeitos:

I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais ;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

II - a isenção ou remissão do crédito tributário exonera todos os obrigados , salvo se outorgada pessoalmente a um deles, substituindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais, pelo saldo;

III - a interrupção de prescrição, em favor ou contra um dos obrigados , favorece ou prejudica os demais.

### **SEÇÃO V**

#### **DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA PASSIVA**

Art. 22. A capacidade tributária passiva independe:

I - da capacidade civil das pessoas naturais;

II - de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;

III - se estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

### **SEÇÃO VI**

#### **DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES**

Art. 23. Os créditos tributários relativos ao imposto predial e territorial urbano, às taxas pela utilização de serviços referentes a tais bens e à contribuição de melhoria sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo Único. No caso de arrematação em hasta pública a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 24. São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos sem que tenha havido prova de sua quitação;

II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou da adjudicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

III - o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data de abertura da sucessão.

Art.25. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos, ate a data do ato, pelas pessoas fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 26. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, a qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial, produtor, de prestação, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou sob estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração da atividade;

II - subsidiariamente, com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, contados da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo da atividade.

### **SEÇÃO VII**

#### **DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS**

Art. 27. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal, pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou nas omissões pelas quais forem responsáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II - os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI - os tabeliães, os escrivães e os demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou perante eles em razão do seu ofício;

VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

Art. 28. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondente às obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I - as pessoas referidas no artigo anterior;

II - os mandatários, os prepostos e os empregados;

III - os diretores, os gerentes os representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

#### **SEÇÃO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 29. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 30. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, que excluem sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que deu origem.

Art. 31. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou se extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos expressamente previstos neste Código, obedecidos os preceitos fixados no Código Tributário Nacional, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional, na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

### **SEÇÃO II**

#### **DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

Art. 32. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a:

I - verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária correspondente;

II - determinar a matéria tributável;

III - calcular o montante do tributo devido;

IV - identificar o sujeito passivo;

V - propor, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo Único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 33. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo Único. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador tenha instituído novos critérios de apuração ou processo de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas ou outorgando ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

### **SEÇÃO III**

#### **DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

Art. 34. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - a moratória;

II - o depósito do seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos termos das disposições deste Código pertinentes ao processo administrativo;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Art. 35. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso ou dela conseqüentes.

Art. 36. Constitui moratória a concessão de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário;

Art. 37. A lei que conceder moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízos de outros requisitos:

I - o prazo de duração do favor;

II - as condições da concessão do favor em caráter individual;

III - sendo o caso:

a) os tributos a que se aplica;

b) o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de um e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiário, no caso de concessão em caráter individual.

Art. 38. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada, de ofício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para obtenção do favor, cobrando-se o crédito remanescente acrescido de juros de mora:

I - com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro em benefício daquele;

II - sem imposição de penalidades, nos demais casos.

§ 1º. Na revogação de ofício da moratória, em conseqüência de dolo ou simulação do beneficiário daquela, não se computará, para efeito de prescrição do direito à cobrança do crédito, o tempo decorrido entre a sua concessão e a sua revogação.

§ 2º. A moratória solicitada após o vencimento dos tributos implicará a inclusão do montante do crédito tributário e do valor das penalidades pecuniárias devidas até a data em que a petição for protocolada.

### SEÇÃO IV

#### DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 39. Extinguem o crédito tributário:

I - o pagamento

II - a compensação;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

III - a transação;

IV - a remissão;

V - a prescrição e a decadência;

VI - a conversão de depósito em renda;

VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos do disposto no art. 131, §§ 1º. e 2º.;

VIII - a consignação em pagamento, quando julgada procedente;

IX - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa segundo o disposto nas normas processuais deste Código, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

X - a decisão judicial passada em julgado;

### SEÇÃO V

#### DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 40. Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia;

Art. 41. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal ou dela decorrentes.

### TÍTULO II

#### DOS TRIBUTOS

#### CAPÍTULO I

#### DO ELENCO TRIBUTÁRIO

Art. 42. Ficam instituídos os seguintes tributos:

I - impostos:

a) sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU);

b) sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (ITBI);

c) sobre serviços de qualquer natureza (ISS);

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

**Parágrafo Único** – Aplicação do IPTU progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos, conforme disposto no Art. 7º da Lei Federal, n.º 10.257 de 10 de Julho de 2001.

II - taxas:

a) pela utilização de serviços públicos (TSP);

**Parágrafo Único** – Os Tributos sobre imóveis urbanos, assim como as tarifas relativas a serviços públicos urbanos, serão diferenciados em função do interesse social, conforme o disposto no Art. 47º da Lei Federal n.º 10.257 de 10 de Julho de 2001.

b) pelo exercício regular do poder de polícia (TPP);

III - contribuição de melhoria.

**Parágrafo Único** - O lançamento da contribuição de melhoria será objeto de lei específica.

## **CAPÍTULO II**

### **DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA**

#### **SEÇÃO I**

#### **DO FATO GERADOR E DOS CONTRIBUINTE**

Art. 43. O imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse, a qualquer título, de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, situado na zona urbana do Município.

Art. 44. Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, onde existam, pelo menos, 2 (dois) dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantido pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

**Parágrafo Único.** Considera-se também zona urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora da zona definida no *caput* deste artigo.

Art. 45. a lei que delimitar a zona urbana indicará e delimitará os vários setores tributários, contínuos ou intermitentes, que a comporão em razão, conjunta ou isolada, dos seguintes fatores:

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

I - localização;

II - uso predominante;

III - áreas predominantes dos terrenos;

IV - áreas e tipologias predominantes das edificações;

V - exigências da legislação urbanística, se for o caso.

Art. 46. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no primeiro dia de janeiro de cada exercício financeiro.

Art. 47. Contribuinte do IPTU é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel.

Parágrafo Único. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o justo possuidor, o titular do direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencente a qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, isenta do imposto ou a ele imune.

Art. 48. O imposto é anual e, na forma da lei civil, se transmite aos adquirentes, salvo se constar do título respectivo, certidão negativa de débitos relativos ao imóvel;

### **SEÇÃO II**

#### **DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS**

Art. 49. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

§ 1º. Na determinação da base de cálculo não se consideram os bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade;

§ 2º. Para fins do que trata este artigo, considera-se valor venal:

I- no caso de terrenos não edificados, em construção, em demolição ou em ruínas, o valor venal do solo;

II- nos demais casos, o valor venal do solo e da edificação, considerados em conjunto.

Art. 50. O imposto será calculado mediante a aplicação, sobre o valor venal dos imóveis, das alíquotas constantes do anexo I da Tabela I.

### **SEÇÃO III**

#### **DAS ISENÇÕES\***

Art. 51. Ficam isentos do pagamento do imposto os contribuintes que atendam a uma das seguintes condições:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

I - pertencente a particular, quando a fração cedida gratuitamente para uso da União, dos Estados, do Distrito Federal, do Município ou de suas autarquias;

II - pertencente a agremiação desportiva licenciada, quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades sociais;

III - pertencente ou cedido gratuitamente a sociedade ou instituição sem fins lucrativos que se destine a congregar classes patronais ou trabalhadoras, com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultural, físico ou recreativo;

IV - pertencente a sociedade civil ou a associações assistenciais sem fins lucrativos e destinado ao exercício de atividades culturais, filantrópicas, recreativas ou esportivas;

V - declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorrer a emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;

VI - imóveis de propriedade de ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira, bem como seu cônjuge sobrevivente, quanto ao imóvel de sua propriedade ou usufruto que sirva para residência própria;

VII - o imóvel único de que sejam proprietárias usufrutuárias as viúvas, que tenham como residência efetiva ou que tenham comprovadamente a renda mensal igual ou inferior a 2,5 (duas e meia) vezes o salário mínimo em vigor;

VIII - os estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus, as escolas maternas ou que ministrem curso pré escolar e as creches que comprovem ter colocado, à disposição da Prefeitura número de bolsas igual ao dobro do montante do imposto devido ao fisco municipal;

IX - as Associações Profissionais, os Sindicatos, quando reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, se sediados no Município, quanto aos imóveis de sua propriedade para uso específico de suas atividades;

§ 1º. Ressalvada a hipótese prevista no inciso VIII deste artigo, a isenção de que trata esta seção, ainda que concedida a título oneroso ou por prazo determinado, será reconhecida anualmente para o exercício seguinte, por despacho da autoridade administrativa competente, a requerimento do contribuinte.

§ 2º. O requerimento da isenção deverá ser protocolado entre 1º.(primeiro) de julho e 30 (trinta) de agosto de cada ano.

§ 3º. O contribuinte juntará os documentos que comprovem o preenchimento das condições e o cumprimento dos requisitos previstos em Lei, Decreto ou Contrato, até 30 (trinta) de outubro do exercício em que apresentou o requerimento, sob pena de indeferimento do pedido.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS**

#### **SEÇÃO I**

##### **DO FATO GERADOR**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 52. O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, mediante ato oneroso *inter vivos* - ITBI tem como fato gerador:

I - a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil;

II - a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Art. 53. A incidência do imposto alcança as seguintes mutações patrimoniais:

I - compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes;

II - dação em pagamentos;

III - permuta;

IV - arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça;

V - incorporação ao patrimônio de pessoal jurídica, ressalvados os casos de imunidade e não incidência;

VI - transferência do patrimônio de pessoal jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;

VII - tornas ou reposições que ocorram:

a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte quando o cônjuge ou herdeiro receber, dos imóveis situados no município, quota-parte cujo valor seja maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis;

b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando maior do que o de sua quota-parte ideal;

VIII - mandato em causa própria e seus subestabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e à venda;

IX - instituição de fideicomisso;

X - enfiteuse e subenfiteuse;

XI - rendas expressamente constituídas sobre o imóvel;

XII - concessão real de uso;

XIII - cessão de direitos ao usufrutos;

XIV - cessão de direitos ao usucapião;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

XV - cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

XVI - cessão de promessa de venda ou cessão de promessa de cessão;

XVII - acessão física quando houve pagamento de indenização;

XVIII - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

XIX - qualquer ato judicial ou extrajudicial inter vivos não especificado neste artigo que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

XX - cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior

Parágrafo Único. Equiparam-se à compra e à venda, para efeitos tributários:

I - a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;

II - a permuta de bens imóveis situados no território do Município por outros quaisquer bens situados fora do território do Município.

### SEÇÃO II DA NÃO-INCIDÊNCIA

Art. 54. O imposto não incide sobre a transmissão ou a cessão de bens imóveis ou de direitos reais a eles relativos quando:

I - o adquirente for a união, os estados, o distrito federal, os Municípios e as respectivas autarquias e fundação;

II - o adquirente for partido político, inclusive suas fundações, entidades sindicais de trabalhadores, entidades religiosas, instituição de educação e assistência social, para atendimento de suas finalidades essenciais;

III - efetuada para a incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;

IV - decorrente de fusão, incorporada, cisão ou extinção de pessoa jurídica;

V - o bem imóvel voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, retrocessão, pacto de melhor comprador ou de condição resolutiva, mas não será restituído o imposto pago em razão da transmissão originária.

§ 1º. O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso II deste artigo, em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram transferidos.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º. O disposto nos incisos III e IV deste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e a venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos seguintes à aquisição, decorrem de transações referidas no parágrafo anterior.

§ 4º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição ou menos de 2 (dois) anos antes, apurar-se-à a preponderância a que se referem os parágrafos anteriores nos 3 (três) anos seguintes à aquisição.

§ 5º. Verificada a preponderância a que se referem os parágrafos anteriores, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data da aquisição e sobre o valor atualizado do imóvel ou dos direitos sobre eles.

§ 6º. As instituições de educação e assistência social referidas no inciso II deste artigo somente se beneficiarão com a não-incidência do imposto se provarem atender aos requisitos descritos no § 3º do art. 113 deste código.

### SEÇÃO III DO SUJEITO PASSIVO

Art. 55. Contribuinte do imposto é o adquirente ou cessionário do bem imóvel ou do direito a ele relativo.

Art. 56. Respondem pelo pagamento do imposto:

I - o transmitente e o cedente nas transmissões que se efetuarem sem o pagamento do imposto;

II - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, desde que o ato de transmissão tenha sido praticado por eles ou perante eles, sem o pagamento do imposto.

### SEÇÃO IV DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 57. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel ou do direito transmitido, quando inferior ao valor da transação, qualquer que seja ela.

§ 1º. Nas transações descritas a seguir, considerar-se-ão como base de cálculo do imposto os percentuais do valor venal indicados, quando inferior ao valor da transação:

I - na instituição de fideicomisso e na cessão de direitos de usufruto, 70% (setenta por cento);

II - nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, 30% (trinta por cento);

III - na concessão de direito real do uso, 40% (quarenta por cento);

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º. Nas transmissões por acessão física, a base de cálculo será o valor da indenização ou o valor venal da fração ou acréscimo transmitido, se maior.

Art. 58. O imposto será calculado aplicando-se sobre o valor estabelecido como base de cálculo as seguintes alíquotas:

I - transmissões compreendidas no sistema financeiro da habitação, em relação à parcela financiada: 05,0% ( meio por cento)

II - demais transmissões: 2,00 (dois por cento)

### SEÇÃO V DAS ISENÇÕES

Art. 59. São isentas do imposto:

I - a transmissão decorrente da execução de planos de habitação para população de baixa renda, patrocinados ou executados por órgãos públicos ou seus agentes;

II - a transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento;

III - a transmissão em que o alienante seja o Poder Público;

IV - a indenização de benfeitorias pelo proprietário ao locatário, consideradas aquelas de acordo com a lei civil;

V - a extinção do usufruto, quando o seu instituidor tenha continuado dono da nua propriedade;

VI – as transferências desapropriados para fins de reforma agrária.

### CAPÍTULO IV DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

#### SEÇÃO I DO FATO GERADOR

Art. 60. O fato gerador do Imposto sobre Serviços - ISS é a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, dos serviços definidos na Lei Complementar n.º. 56, de 15 de dezembro de 1987, e atualizada pela lei complementar n.º.100, de 21 de dezembro de 1999, de acordo com os relacionados abaixo e as tabelas de II a IX, anexas integrante deste Código.

#### LISTA DE SERVIÇOS

1 – Médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres.

2 – Hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatórios, prontos-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

3 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres.

4 – Enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária).

5 – Assistência médica e congêneres previstos nos itens 1,2 e 3 desta lista, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados.

6 – Planos de saúde, prestados por empresas que não estejam incluídas no item 5 desta lista e que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela empresa ou apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano.

7 – VETADO.

8 – Médicos veterinários.

9 – Hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congêneres.

10 – Guarda, tratamento, amestramento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais.

11 – Barbeiros, cabeleireiros, manicuros, pedicuros, tratamento de pele, depilação e congêneres.

12 – Banhos, duchas, sauna, massagens, ginásticas e congêneres.

13 – Varrição, coleta, remoção e incineração de lixo.

14 – Limpeza e drenagem de portos, rios e canais.

15 – Limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins.

16 – Desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres.

17 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos e biológicos.

18 – Incineração de resíduos quaisquer.

19 – Limpeza de chaminés.

20 – Saneamento ambiental e congêneres.

21 – Assistência técnica ( VETADO).

22 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista, organização, programação, e planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa (VETADO).

23 –Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa (VETADO).

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

- 24 – Análises, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza.
- 25 – Contabilidade, auditoria, guarda livros, técnicos em contabilidade e congêneres.
- 26 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
- 27 – Traduções e interpretações.
- 28 – Avaliações de bens.
- 29 – Datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congêneres.
- 30 – Projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza.
- 31 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento e topografia.
- 32 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local de prestação de serviço, que fica sujeito ao ICMS).
- 33 – Demolição.
- 34 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres. (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
- 35 – Pesquisa, perfuração, cimentação, perfilagem (VETADO), estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo e gás natural.
- 36 - Florestamento e reflorestamento.
- 37 – Escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres.
- 38 – Paisagismo, jardinagem e decoração (exceto o fornecimento de mercadorias, que fica sujeito ao ICMS).
- 39 – Raspagem, calafetação, polimento, lustração de pisos, paredes e divisórias.
- 40 – Ensino, treinamento, avaliação de conhecimentos, de qualquer grau ou natureza.
- 41 – Planejamento, organização de feiras, exposições, congressos e congêneres
- 42 – Organização de festas e recepções: “buffet” (exceto o fornecimento de alimentações e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
- 43 – Administração de bens e negócios de terceiros e de consórcio (VETADO).
- 44 – Administração de fundos mútuos ( exceto a realizada por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

45 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de cambio, de seguros e planos de previdência privada.  
46 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).

47 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos da propriedade industrial, artística ou literária.

48 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de franquia (“franchise”) e de faturação (“factoring”) (excetuam-se os serviços prestados por instituições autorizadas e funcionar pelo Banco Central).

49 – Agenciamento, organização promoção e execução de programas de turismo, passeios excursões, guias de turismo e congêneres.

50 – Agenciamento corretagem e intermediação de bens móveis e imóveis não abrangidos nos itens 45,46,47,e 48.

51 – Despachantes.

52 – Agentes de propriedades industrial.

53 – Agentes de propriedades artísticas e literária.

54 – Leilão.

55 – Regulação de sinistros cobertos por contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis, prestados por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguro.

56 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação de guarda de bens de qualquer espécie (exceto depósitos feitos em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Centra).

57 – Guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres.

58 – Vigilância ou segurança de pessoas e bens.

59 – Transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores dentro do território do Município.

60 – Diversões públicas:

a) (VETADO), cinemas, (VETADO),”taxi dancings” e congêneres;

b) bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos;

c) exposições com cobranças de ingressos;

d) bares, ‘shows’ festivais, recitais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam também transmitidos, mediante compra de direitos para tanto, pela televisão ou pelo rádio;

e) jogos eletrônicos;

f) competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, inclusive a venda de direitos à transmissão pelo rádio ou pela televisão;

g) execução de música, individualmente ou por conjuntos (VETADO).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

- 61 – Distribuição e venda de bilhete de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios.
- 62 – Fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo, para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissões radiofônicas ou de televisão).
- 63 – Gravação e distribuição de filmes e “ video tapes ”.
- 64 – Fonografia ou gravação de sons ou ruídos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora.
- 65 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem.
- 66 – Produção, para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres.
- 67 – Colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço.
- 68 – Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICM).
- 69 – Conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICM).
- 70 – Recondicionamento de motores ( o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço fica sujeito ao ICM).
- 71 – Recauchutagem ou regeneração de pneus para o usuário final.
- 72 – Recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, corte recorte, polimento plastificação e congêneres, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização.
- 73 – Lustração de bens móveis quando o serviço for prestado para usuário final do objeto lustrado.
- 74 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido.
- 75 – Montagem industrial, prestada ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido.
- 76 – Cópia ou reprodução, por quaisquer processos, de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos.
- 77 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria , zincografia, litografia e fotolitografia.
- 78 – Colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
- 79 – Locação de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil.
- 80 – Funerais.
- 81 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

82 – Tinturaria e lavanderia.

83 – Taxidermia.

84 – Recrutamento, agenciamento, seleção, colocação ou fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador de serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados.

85 – Propaganda e publicidade, inclusive, promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto sua impressão, reprodução ou fabricação).

86 – Veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio (exceto em jornais, periódicos, rádios e televisão).

87 - Serviços portuários e aeroportuários; utilização de porto ou aeroporto; atração; capatazia; armazenagem interna, externa e especial; suprimento de água, serviços acessórios; movimentação de mercadoria fora do cais.

88 – Advogados.

89 – Engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos.

90 – Dentistas.

91 – Economistas.

92 – Psicólogos.

93 – Assistentes sociais.

94 – Relações públicas.

95 – Cobrança e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).

96 – Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central: fornecimento de talão de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques; sustação de pagamento de cheques, ordem de pagamento e de créditos, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos, pagamento por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento, elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres; fornecimento de Segunda via de avisos de lançamento de extrato de contas; emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento, a instituições financeiras, de gastos com portes do Correio, telegramas, telex e teleprocessamento, necessários a prestação dos serviços).

97 – Transporte de natureza estritamente municipal.

98 – Comunicações telefônicas de um para outro aparelho dentro do mesmo município.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

99 – Hospedagem em hotéis, motéis pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

100- Distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza.

101- Exploração de rodovias mediante cobrança de preço dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais. (Item acrescido pela Lei Complementar Nº. 100 de 21-12-99).

Art. 61. Para os efeitos de incidência do imposto, considera-se local da prestação do serviço:

I - o do estabelecimento prestador;

II - o do domicílio do prestador, na falta de estabelecimento;

III - o local da obra, no caso de construção civil.

§ 1º. Considera-se estabelecimento prestador todo e qualquer local onde sejam planejados, organizados, contratados, administrados, fiscalizados ou executados os serviços, de forma total ou parcial, de modo permanente ou temporário.

§ 2º. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo será irrelevante para caracterização de estabelecimento prestador a denominação de sede filial, agência, sucursal, escritório, loja, oficina, matriz ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art. 62. Cada estabelecimento do mesmo contribuinte é considerado autônomo para o efeito exclusivo de escrituração fiscal e pagamento do imposto relativo aos serviços prestados, respondendo a empresa pelo imposto, bem como por acréscimos e multas referentes a qualquer um deles.

Art. 63. O contribuinte que exercer mais de uma das atividades relacionadas na Tabelas VI e VII ficará sujeito à incidência do imposto sobre todas elas, inclusive quando se tratar de profissional autônomo.

### SEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 64. Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

Parágrafo Único. Não são contribuintes os que prestam serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos e os diretores e membros de conselhos consultivos e fiscais de sociedades.

Art. 65. Os contribuintes do imposto sujeitam-se às seguintes modalidades de lançamento:

I - por homologação: aqueles cujo imposto tenha por base de cálculo o preço do serviço e as sociedades de profissionais;

II - de ofício ou direto: os que prestam serviços sob a forma de trabalho pessoal.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo Único. A legislação tributária estabelecerá as normas e condições operacionais relativas ao lançamento, inclusive as hipóteses de substituição ou alteração das modalidades de lançamento estabelecidas nos incisos I e II deste artigo.

Art. 66. O tomador do serviço é responsável pela retenção e pelo recolhimento do imposto, até o dia 10 do mês seguinte em que o pagamento tiver sido efetuado, quando o prestador do serviço, com domicílio no Município:

I - for empresa e não emitir nota fiscal ou outro documento permitido pela legislação ou, quando desobrigada, não fornecer recibo no qual esteja expresso o número de sua inscrição no Cadastro Tributário do Município;

II - for profissional autônomo ou sociedade de profissionais e não apresentar comprovante de inscrição no Cadastro Tributário do Município.

§ 1º. A retenção também será efetuada se, observada qualquer uma das hipóteses referidas nos incisos I e II deste artigo, o prestador de serviços, independente de ser empresa, profissional autônomo ou sociedade de profissionais e do seu domicílio, estiver prestando qualquer um dos serviços referidos nos itens 01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15 da Tabela II, anexa deste Código, incluídos nesses os serviços auxiliares e complementares.

§ 2º. Para a retenção, calcular-se á o imposto aplicando-se a alíquota de 2% (dois por cento) sobre o preço do serviço.

§ 3º. O responsável pela retenção dará ao prestador do serviço comprovante da retenção efetuada.

### SEÇÃO III

#### DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 67. A base de cálculo do ISS é o preço do serviço, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando a prestação do serviço se der sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, caso em que o imposto corresponderá ao percentual sobre a BASE DE CALCULO de acordo com o Art. 233 e o constante da Tabela VII, anexa.

II - quando os serviços a que se referem os itens da Tabela VI deste Código forem prestados por sociedades profissionais, caso em que o imposto, por profissional, corresponderá à BASE DE CALCULO e o constante da Tabela VI, anexa.

§ 1º. Considera-se trabalho pessoal do próprio contribuinte, para os efeitos do inciso I deste artigo, o executado pessoalmente pelo contribuinte, com o auxílio de até 2 (dois) empregados.

§ 2º. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer obrigação condicional;

§ 3º. Na falta deste preço, ou não sendo ele desde logo conhecido, adotar-se-á o corrente na praça.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 4º. O preço de determinados tipos de serviços poderá ser fixado pela autoridade tributária, em pauta que reflita o corrente na praça.

§ 5º. Integram a base de cálculo do imposto:

I - os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado;

II - o montante do imposto, constituindo o respectivo destaque, nos documentos fiscais, mera indicação de controle.

Art. 68. As alíquotas do imposto são as fixadas nas Tabelas de II a IX anexas neste Código.

Art. 69. Na hipótese de serviços prestados pelo mesmo contribuinte, enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o imposto será calculado aplicando-se a alíquota específica sobre o preço do serviço de cada atividade.

Parágrafo Único. O contribuinte deverá apresentar escrituração que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de ser aplicada a alíquota mais elevada sobre o preço total do serviço prestado.

Art. 70. Na hipótese de serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o imposto será calculado em relação a cada uma das atividades exercidas.

### SEÇÃO IV DA ESCRITA E DO DOCUMENTO FISCAL

Art. 71. O contribuinte sujeito ao lançamento por homologação fica obrigado a:

I - manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;

II - emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pelo órgão tributário, por ocasião da prestação dos serviços.

Art. 72. Cada estabelecimento terá escrituração tributária própria, vedada sua centralização na matriz ou estabelecimento principal.

Parágrafo Único. Constituem instrumentos auxiliares da escrita tributária os livros de contabilidade geral do contribuinte, tanto os de uso obrigatório quanto os auxiliares, os documentos fiscais, as guias de pagamento do imposto e demais documentos ainda que pertencentes ao arquivo de terceiros, que se relacionem direta ou indiretamente com os lançamentos efetuados na escrita ou comercial do contribuinte ou responsável.

Art. 73. A legislação tributária municipal definirá os procedimentos de escrituração e os atributos e modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte, inclusive as hipóteses de utilização de sistemas eletrônicos de processamento de dados.

§ 1º. As notas fiscais somente poderão ser impressas mediante prévia autorização do órgão tributário.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º. A legislação tributária poderá estabelecer as hipóteses e as condições em que a nota fiscal poderá ser substituída.

§ 3º. As empresas tipográficas e congêneres que realizem os trabalhos de impressão de notas fiscais serão obrigadas a manter livro para registro das que houverem emitido, na forma da legislação tributária.

§ 4º. Os livros, as notas fiscais e os documentos fiscais somente poderão ser utilizados depois de autenticados pelo órgão fazendário.

§ 5º. O contribuinte fica obrigado a manter no seu estabelecimento ou no seu domicílio, na falta daquele, os livros e os documentos fiscais pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados, respectivamente, do encerramento e da emissão, bem como a exibi-los aos agentes tributários, sempre que requisitados.

Art. 74. A legislação tributária poderá estabelecer sistema simplificado de escrituração, inclusive sua dispensa, extensiva à nota fiscal e aos demais documentos, a ser adotado pelas pequenas empresas, microempresas e contribuintes de rudimentar organização.

### SEÇÃO V DAS ISENÇÕES

Art. 75. Ficam isentos do pagamento do imposto os serviços:

I - os prestados por engraxates e lavadeiras;

II - os prestados por associações culturais, de classes, religiosas e assistenciais;

III - de diversões públicas com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município;

IV - os vendedores ambulantes de bilhetes de loterias,

V - os estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo grau, as escolas maternais ou que ministrem cursos pré-escolar e as creches, que comprovarem ter colocado à disposição da Prefeitura, número de bolsas de estudo de valor igual ao dobro do montante do imposto devido;

VI - os espetáculos de fins científicos, culturais ou beneficentes;

VII - os serviços prestados, pessoalmente pelo próprio contribuinte nas atividades unipessoais de caráter artesanal ou musical;

VIII- os bailes e festas tipicamente populares promovidas por entidades carnavalescas, sociedades e federações pró-melhoramentos de bairros e entidades de assistência social e religiosa.

### CAPÍTULO V DA TAXA DE SERVIÇOS URBANOS

#### SEÇÃO I DO FATO GERADOR E DOS CONTRIBUINTES

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 76. Constitui fato gerador da Taxa de Limpeza Pública a utilização, efetiva ou potencial, dos seguintes serviços:

I - remoção de lixo;

II - destinação do lixo recolhido, por meio de incineração, tratamento ou qualquer outro processo adequado.

Art. 77. Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel situado no território do Município que se utilize dos serviços públicos referidos no artigo anterior.

Parágrafo Único. Aplica-se à taxa de serviços urbanos a regra de solidariedade prevista no inciso I do art. 20.

### SEÇÃO II DO CÁLCULO E DO LANÇAMENTO

Art. 78. A taxa de serviços urbanos corresponderá, em relação a cada um dos serviços, à quantidade de U.R.M. (unidade de referência municipal), a que se refere o art. 120, segundo as hipóteses relacionadas na Tabela X que integra este Código.

Art. 79. A taxa será lançada, anualmente, com base nos dados do cadastro imobiliário tributário, preferencialmente em conjunto com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.

### SEÇÃO III DA ISENÇÃO

Art. 80. Ficam isentos do pagamento da taxa de serviços urbanos, os imóveis cedidos ao Município a qualquer título, desde que o contrato estabeleça o repasse do ônus tributário.

## CAPÍTULO VI DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DIVERSOS

### SEÇÃO I DO FATO GERADOR E DOS CONTRIBUINTES

Art. 81. A taxa de serviços diversos tem como fato gerador a utilização dos seguintes serviços:

I - apreensão, depósito e liberação de animais, de veículos e de bens e mercadorias apreendidos;

II - cemitérios.

Art. 82. Contribuinte da taxa a que se refere o artigo anterior é a pessoa física ou jurídica que:

I - seja proprietária ou possuidora a qualquer título dos animais, veículos, bens e mercadorias apreendidos;

II - requeira a prestação de serviços relacionados com cemitérios.

Parágrafo Único. Aplica-se à taxa de serviços diversos a regra de solidariedade prevista no inciso I do art. 20.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SEÇÃO II**  
**DO CÁLCULO E DO LANÇAMENTO**

Art. 83. a taxa de serviços diversos corresponderá à quantidade de (unidade de referência municipal), a que se refere o art. 120, segundo as hipóteses relacionadas na Tabela XV que integra este Código.

Art. 84. A taxa de serviços diversos será lançada de ofício ou com base em declaração dos usuários, na forma definida na Tabela de XV, que integra este Código.

**CAPÍTULO VII**  
**DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO, LICENÇA,**  
**INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

**SEÇÃO I**  
**DO FATO GERADOR E DOS CONTRIBUINTES**

Art. 85. a taxa de licença tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia do Município, mediante atividade que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regule a prática de ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público concernente:

I - à segurança, à higiene, à ordem, à tranqüilidade pública e aos costumes;

II - à disciplina da produção e do mercado;

III - ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Municipal;

IV - ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos.

§ 1º. Qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado depende de licença prévia da Administração Municipal para, no território do Município, de forma permanente, intermitente ou temporária, em estabelecimentos fixos ou não:

I - exercer quaisquer atividades comerciais, industriais, produtoras ou de prestação de serviços;

II - executar obras de construção civil;

III- promover loteamentos, desmembramentos ou remembramentos;

IV - ocupar áreas em vias e logradouros públicos;

V - promover publicidade mediante a utilização de:

a) painéis, cartazes ou anúncios nas vias e logradouros públicos, inclusive letreiros e semelhantes nas partes externas do edifícios particulares;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

b) pessoas, veículos, animais, alto-falantes ou qualquer outro aparelho sonoro ou de projeção de imagens, símbolos, mensagens nas vias e logradouros públicos.

§ 2º. No exercício da atividade reguladora a que se refere este artigo, as autoridades municipais, visando conciliar a concessão da licença pretendida com o planejamento físico e o desenvolvimento socioeconômico do Município, levarão em conta, entre outros fatores:

I - o ramo da atividade a ser licenciada;

II - a localização do estabelecimento, ser for o caso;

III - as repercussões da prática do ato ou da abtenção do fato para a comunidade e o meio ambiente.

Art. 86. As licenças serão concedidas em obediência à legislação específica, sob a forma de alvará, o qual conterà o prazo de sua validade, deverá ser exibido à fiscalização, quando solicitado, e ficar, sempre, exposto em local visível.

Art. 87. Independentemente da prévia licença e do respectivo alvará, todas as pessoas licenciadas estão sujeitas a constante fiscalização das autoridades municipais, sem prévia notificação, comunicação ou aviso de qualquer natureza.

Parágrafo Único. O licenciado é obrigado a comunicar ao órgão tributário, dentro de 30 (trinta) dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências relativas ao seu estabelecimento:

I - alteração da razão social ou do ramo de atividade;

II - alterações físicas do estabelecimento.

Art. 88. Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica beneficiária da licença.

Parágrafo Único. Aplica-se à taxa de licença a regra de solidariedade prevista no inciso I do art.20.

### SEÇÃO II DO CÁLCULO E DO LANÇAMENTO

Art. 89. A taxa de licença corresponderá à quantidade de UFIR s. a que se refere o art. 120, segundo as hipóteses relacionadas nas tabelas anexas que integram este código.

Parágrafo Único. No primeiro exercício de concessão da licença para localização e funcionamento de estabelecimentos, as taxas serão devidas proporcionalmente ao número de meses restantes no exercício.

Art. 90. A taxa de licença será lançada de ofício ou com base em declaração dos licenciados, na forma definida na legislação tributária.

### SEÇÃO III DA NÃO-INCIDÊNCIA E DA ISENÇÃO

Art. 91. Ficam excluídos da incidência da taxa de licença:

I - os anúncios destinados a fins filantrópicos, patrióticos, religiosos, ecológicos ou eleitorais;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

II - as expressões meramente indicativas, tais como de direção, sítios, fazendas e granjas;

III - o funcionamento de quaisquer das repartições dos órgãos da administração direta e das autarquias federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

IV - as placas indicativas, nos locais de construção, dos nomes de firmas, engenheiros e arquitetos responsáveis pelos projetos ou pela execução de obras particulares ou públicas;

V - as obras de revestimento de muro, gradil ou de construção de calçadas e, quando no quintal das residências, de viveiro, telheiro, galinheiro, caramanchão;

VI - a ocupação de área em vias e logradouros públicos por:

a) feira de livros, exposições, concertos, retretas, palestras, conferências e demais atividades de caráter notoriamente cultural ou científico;

b) exposições, palestras, conferências, pregações e demais atividades de cunho notoriamente religioso ou realizadas por candidatos e representantes de partidos políticos, durante a fase de campanha, observada a legislação eleitoral em vigor.

Art. 92. São isentos do pagamento da taxa:

I - os cegos, mutilados, excepcionais, inválidos e pessoas com idade superior a 65 anos, que exerçam individualmente o pequeno comércio;

II - os engraxates e vendedores ambulantes de jornais e revistas;

III - os vendedores de artigos de indústria doméstica e de arte popular de sua própria fabricação, sem auxílio de empregados.

### **TÍTULO III**

#### **DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DO ÓRGÃO TRIBUTÁRIO**

Art. 93. Lei específica estabelecerá a denominação, a estrutura e as atribuições do órgão integrante da administração direta municipal encarregado da gestão tributária, o qual obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade e publicidade.

Parágrafo Único. Para efeitos deste Código, o órgão referido neste artigo receberá a denominação de “órgão tributário”.

Art. 94. Os cargos em comissão e as funções de confiança previstos na lei referida no artigo anterior serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 95. O órgão tributário e os servidores incumbidos das funções referidas no artigo anterior, sem prejuízo do rigor e da vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas funções, imprimirão caráter profissional às suas ações e atividades, centrado no planejamento tático e estratégico e nos mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação.

Art. 96. O órgão tributário encaminhará, até o final de novembro de cada ano, ao titular do órgão ao qual esteja subordinado hierarquicamente, Plano de Trabalho, no qual estejam detalhados os objetivos e metas e os respectivos cronogramas de execução, previstos para o exercício seguinte.

Parágrafo Único. Até o final de fevereiro do ano subsequente ao do Plano de Trabalho referido no *caput* deste artigo, o órgão tributário encaminhará, ao mesmo titular, Relatório de Gestão, detalhando os resultados obtidos, em confronto com os programados.

Art. 97. Serão exercidas pelo órgão tributário todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento, restituição e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração às disposições deste Código, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes.

Art. 98. No exercício de suas funções, o órgão tributário dará preferência operacional a métodos de trabalho através dos quais os procedimentos e rotinas para coleta de informações

cadastrais sejam de sua iniciativa e restrinjam ao mínimo indispensável a participação dos contribuintes e responsáveis.

Art. 99. Os servidores lotados no órgão tributário, sem prejuízo dos atributos de urbanidade e respeito, darão assistência técnica aos contribuintes, prestando-lhes esclarecimentos sobre a interpretação e a fiel observância da legislação tributária.

## CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS

### SEÇÃO I DO CALENDÁRIO TRIBUTÁRIO

Art. 100. Os prazos fixados na legislação tributária do município serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se vencimento.

Parágrafo Único. A legislação tributária poderá fixar o prazo em dias ou a data certa para o pagamento das obrigações.

Art. 101. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal do órgão tributário.

Parágrafo Único. Não ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o início ou o fim do prazo será transferido, automaticamente, para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 102. Até o final de dezembro de cada ano, será baixado decreto, com base em proposta do órgão tributário, estabelecendo:

I - os prazos de vencimento e as condições de pagamento dos tributos municipais;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

II - os prazos e as condições de apresentação de requerimentos visando o reconhecimento de imunidade e de isenções.

Art. 103. O órgão tributário fará imprimir e distribuir, sempre que necessário, modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes e responsáveis.

Parágrafo Único. Os modelos referidos no caput deste artigo conterão, no seu corpo, as instruções e os esclarecimentos indispensáveis ao entendimento do seu teor e da sua obrigatoriedade.

### SEÇÃO II DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 104. Ao contribuinte ou responsável é facultado escolher e indicar, ao órgão tributário, na forma e nos prazos previstos em regulamento, o seu domicílio tributário no município, assim entendido o lugar onde a pessoa física ou jurídica desenvolve a sua atividade, responde por suas obrigações perante o município e pratica os demais atos que constituem ou possam vir a constituir obrigação tributária.

§ 1º. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, do domicílio tributário, considerar-se-á como tal:

I - quanto às pessoas naturais: a sua residência habitual ou sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de suas atividades;

II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais: o lugar de sua sede ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação tributária, o de cada estabelecimento;

III - quanto às pessoas jurídicas de direito público: qualquer de suas repartições no território do Município.

§ 2º. Quando não couber a aplicação de regras previstas em quaisquer dos incisos do parágrafo anterior, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram ou poderão dar origem à obrigação tributária.

§ 3º. O órgão tributário pode recusar o domicílio eleito, quando sua localização, acesso ou quaisquer outras características impossibilitem ou dificultem a arrecadação e a fiscalização do tributo, aplicando-se, então, a regra do parágrafo anterior.

Art. 105. O domicílio tributário será obrigatoriamente consignado nas petições, guias e outros documentos que os obrigados dirijam ou devam apresentar ao órgão tributário.

Parágrafo Único. Os inscritos no cadastro tributário comunicarão toda mudança de domicílio no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ocorrência.

### SEÇÃO III DA CONSULTA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 106. Ao contribuinte ou ao responsável é assegurado o direito de efetuar consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes de ação tributária e em obediência às normas aqui estabelecidas.

Art. 107. A consulta será formulada através de petição e dirigida ao titular do órgão tributário, com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao atendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais, e instruída, se necessário, com documentos.

Art. 108. Nenhum procedimento tributário será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Parágrafo Único. Os efeitos previstos neste artigo não se produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa definida ou judicial passada em julgado.

Art. 109. A resposta à consulta constitui orientação a ser seguida por todos os servidores do órgão tributário, salvo se baseada em elementos inexatos fornecidos pelo contribuinte.

Art. 110. Na hipótese de mudança de orientação tributária, fica ressalvado o direito daqueles que anteriormente procederam de acordo com a orientação vigente, até a data em que forem notificados da modificação.

Art. 111. A formulação de consulta não terá efeito suspensivo sobre a cobrança de tributos e respectivas atualizações e penalidades.

Parágrafo Único. O consulente poderá evitar a atualização monetária e a oneração do débito por multa e juros de mora efetuando o seu pagamento ou o prévio depósito administrativo das importâncias que, se devidas, serão restituídas atualizadas, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação ao consulente.

Art. 112. O titular do órgão tributário dará resposta à consulta no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. Do despacho preferido em processo de consulta caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contados de sua notificação, desde que fundamente em novas alegações, abrindo-se novo prazo de 30 (trinta) dias para a resposta.

### SEÇÃO IV

#### DO RECONHECIMENTO DA IMUNIDADE E DA ISENÇÃO

Art. 113. É vedado o lançamento dos impostos instituídos neste código sobre:

I - patrimônio, renda ou serviços:

a) da união, dos estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações;

b) dos partidos políticos, inclusive suas fundações;

c) das entidades sindicais dos trabalhadores;

d) das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

II - templos de qualquer culto.

§ 1º. A vedação do inciso I, alínea a, é extensiva às autarquias instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, decorrentes, mas não exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel .

§ 2º. A vedação do inciso I, alíneas b, c e d, compreende somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 3º. A vedação do inciso I, alínea d, é subordinada à observância, pelas instituições de educação e de assistência social, dos seguintes requisitos:

I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no seu resultado;

II - aplicar integralmente no País os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

III - manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar perfeita exatidão.

Art. 114. A isenção é a dispensa de pagamento de tributo, em virtude de disposição expressa neste Código ou em lei específica.

Art. 115. A isenção será efetivada:

I - em caráter geral , quando a lei que a instituir não impuser condição aos beneficiários;

II - em caráter individual, por despacho de Prefeito, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para a sua concessão.

§ 1º. O decreto que fixar o Calendário Tributário do Município indicará os prazos e as condições para a apresentação do requerimento contendo os documentos comprobatórios dos requisitos a que se referem o § 3º do art. 113 e o inciso deste artigo.

§ 2º. A falta do requerimento fará cessar os efeitos da imunidade ou da isenção, conforme o caso, e sujeitará o crédito tributário respectivo às formas de extinção previstas neste Código.

§ 3º. No despacho que reconhecer o direito à imunidade ou à isenção poderá ser determinada a suspensão do requerimento para períodos subsequentes, enquanto forem satisfeitas as condições exigidas para sua concessão .

§ 4º. O despacho a que se refere este artigo não gera direitos adquiridos, sendo a imunidade ou a isenção revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito corrigido monetariamente, acrescido de juros de mora:

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

I - com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro em benefício daquele;

II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 5º. O lapso de tempo entre a efetivação e a revogação da imunidade ou da isenção não é computado para efeito de prescrição do direito de cobrança do crédito.

### SEÇÃO V DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 116. A pedido do contribuinte, em não havendo débito, será fornecida certidão negativa dos tributos municipais, nos termos do requerido, independentemente do pagamento de qualquer taxa.

Parágrafo Único. A certidão será fornecida dentro de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de entrada do requerimento no órgão tributário, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 117. Terá os mesmos efeitos da certidão negativa aquela que ressaltar a existência de créditos:

I - não vencidos;

II - em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora;

III - cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 118. A certidão negativa fornecida não exclui o direito de o Município exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Art. 119. Será responsabilizado pessoalmente o servidor que expedir certidão negativa, com ou sem dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, pelo pagamento do crédito tributário e seus acréscimos legais.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade civil, criminal e administrativa que couber e é extensivo a quantos colaborarem, por ação ou omissão, no erro contra o Município.

### CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS OPERACIONAIS

#### SEÇÃO I DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Art. 120. Fica instituída a Unidade de Referência Municipal – (UFIR), que servirá de base de cálculo para as taxas e penalidades, e será equivalente a R\$ 1,00 (um real).

Art. 121. Caberá ao órgão tributário elaborar proposta de atualização do valor venal dos imóveis para efeito de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do exercício seguinte, com base nos estudos, pesquisas sistemáticas de mercado e análises respectivas, e encaminhá-la ao Gabinete do Prefeito, até o final de novembro de cada exercício civil.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º. A proposta discriminará:

I - em relação aos terrenos:

a) o valor unitário, por metro quadrado ou por metro linear de testada, atribuído aos logradouros ou parte deles;

b) a indicação dos fatores corretivos de área, testada, forma geométrica, situação, nivelamento, topografia, pedologia e outros que venham a ser utilizados, a serem aplicados na individualização dos valores venais dos terrenos, definidos em regulamento;

II - em relação às edificações:

a) a relação dos diversos tipos, subtipos de classificação das edificações, por uso, com indicações sintéticas das principais características físicas de cada tipo, registradas nas planilhas de cadastro imobiliário (P.C.I) e de acordo com disposto em regulamento;

b) o valor unitário, por metro quadrado de construção, atribuindo a cada um dos tipos de classificação das edificações;

c) a indicação dos fatores corretivos de posicionamento, idade da construção e outros que venham a ser utilizados, a serem aplicados na individualização dos valores venais das edificações.

§ 2º. O encaminhamento da proposta será acompanhado de justificativa dos argumentos que conduziram à classificação das edificações, à indicação dos fatores corretivos a à fixação dos valores unitários.

§ 3º. Na justificativa deverão ser demonstrados, entre outros:

I - a correlação significativa entre os valores fixados e os de mercado;

II - os níveis e as prováveis causas de variação, positiva ou negativa, dos valores fixados em comparação com os do período anterior;

III - as fontes de pesquisas do mercado imobiliário e publicações técnicas consultadas e sua periodicidade (agentes financiadores de habitação, sindicatos de construção civil e outras entidades).

§ 4º. No caso de imóveis cujas características físicas e de uso não permitam o enquadramento na forma determinada no inciso anterior, buscar-se-á apurar seus valores com base em declarações dos contribuintes ou em arbitramentos específicos.

§ 5º. Em casos de arbitramento serão aplicadas as disposições, no que couber, dos arts. 133 e 134 deste Código.

Art. 122. Até o último dia de cada exercício, será baixado decreto fixando o valor venal atualizado dos imóveis, a ser utilizado como base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana- IPTU, a ser lançado no exercício seguinte.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo Único. O decreto referido neste artigo conterá a discriminação dos elementos listados no § 1º do artigo anterior.

Art. 123. Na apuração do valor venal do bem imóvel ou do direito a ele relativo, para efeito de cálculo do Imposto sobre Transmissão de bens Imóveis - ITBI, o órgão tributário utilizará o valor venal fixado no decreto referido no artigo anterior, atualizado monetariamente pela variação do (I.G.P.M), se for o caso, como base de cálculo.

§ 1º. Caso o órgão tributário em razão de suas pesquisas sistemáticas do mercado imobiliário ou de outros estudos pertinentes, constate que os valores fixados no decreto estão defasados, adotará como base de cálculo o novo valor venal apurado.

§ 2º. Somente será utilizado o valor declarado pelas partes como base de cálculo de ITBI se ele for superior ao fixado no decreto e se este não estiver defasado, em razão das pesquisas mencionadas no parágrafo anterior

Art. 124. Por indicação do órgão tributário poderá ser constituídas, por decreto, comissão temporária composta de servidores municipais e de pessoas externas ao quadro funcional de Prefeitura Municipal, conhecedoras dos atributos valorativos dos imóveis e do mercado imobiliário local, para acessorá-lo na elaboração da proposta referida no art. 121.

Parágrafo Único. Ocorrendo a hipótese prevista no caput deste artigo, a proposta referida mencionará esta circunstância.

### SEÇÃO II

#### DO CADASTRO TRIBUTÁRIO

Art. 125. Caberá ao órgão tributário organizar e manter, permanentemente, completo e atualizado, o Cadastro Tributário do Município, que compreende:

I - Cadastro Imobiliário Tributário - CIT;

II - Cadastro de Prestadores de Serviços- CPS;

III - Cadastro de Comerciantes, Produtores e Industriais - CPC.

Art. 126. O Cadastro Imobiliário Tributário será constituído de informações indispensáveis à identificação dos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título e à apuração do valor venal de todos os imóveis situados no território do Município, sujeitos pela utilização de serviços públicos.

Art. 127. O Cadastro de Prestadores de Serviços será constituído de informações indispensáveis à identificação e à caracterização econômica ou profissional de todas as pessoas, físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades sujeitas ao Imposto sobre Serviços.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 128. O Cadastro de Comerciantes, Produtores e Industriais será constituído de informações indispensáveis à identificação e à caracterização econômica ou profissional de todas as pessoas, físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que dependam, para o exercício da atividade, em caráter permanente, temporário ou intermitente, de autorização ou licença prévia da Administração Municipal.

Art. 129. A inscrição no Cadastro Imobiliário Tributário, sua retificação, alteração ou baixa serão efetuadas com base:

I - preferencialmente:

a) em levantamentos efetuados In loco pêlos servidores lotados no órgão tributário;

b) em informações produzidas por outros órgãos da Administração Municipal, pêlos cartórios de notas e de registro de imóveis e pelas empresas dedicadas à incorporação imobiliária e ao loteamento de glebas;

II - secundariamente, em informações prestadas pêlos contribuintes, responsáveis ou terceiros.

Art. 130. A inscrição nos Cadastros de Prestadores de Serviços e de Comerciantes, Produtores e Industriais, sua retificação, alteração ou baixa serão efetuadas com base em informações prestadas pêlos contribuintes e em vistorias promovidas pelo órgão tributário.

### SEÇÃO III DO LANÇAMENTO

Art. 131. O órgão tributário efetuará o lançamento dos tributos municipais, através de qualquer uma das seguintes modalidades:

I - lançamento direto ou de ofício, quando for efetuado com base nos dados do Cadastros Tributários ou quando apurado diretamente junto ao sujeito passivo ou terceiro que disponha desses dados;

II - lançamento por homologação, quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de apurar os elementos constitutivos e, com base neles, efetuar o pagamento antecipado do crédito tributário apurado;

III - lançamento por declaração, quando for efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade tributária informações sobre matéria de fato indispensável à sua efetivação.

§ 1º. O pagamento antecipado, nos termos do inciso II deste artigo, extingue o crédito, sob condição resolutória de ulterior homologação do lançamento.

§ 2º. É de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador, o prazo para homologação do lançamento a que se refere o inciso II deste artigo, após o que, caso o órgão tributário não tenha se pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo ou fraude.

§ 3º. Nos casos de lançamento por homologação, sua retificação, por iniciativa do próprio contribuinte, quando vise reduzir ou excluir o montante do crédito, só será admissível mediante comprovação do erro em que se fundamenta, antes de iniciada a ação tributária pelo órgão tributário.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 132. São objeto de lançamento:

I - direto ou de ofício:

a) o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;

b) o Imposto sobre serviços, devido pelos profissionais autônomos;

c) as taxas pela utilização de serviços urbanos;

d) as taxas de fiscalização de localização instalação para funcionamento, a partir de início do exercício seguinte à instalação do estabelecimento;

e) a contribuição de melhoria;

II - por homologação: o Imposto sobre Serviços, devido pelos contribuintes obrigados à emissão de notas fiscais ou documentos semelhantes e pelas sociedades de profissionais;

III - por declaração: os tributos não relacionados nos incisos anteriores.

§ 1º. O órgão tributário poderá incluir na modalidade descrita no inciso I o lançamento de tributos decorrentes de lançamentos originados de arbitramento ou cujos valores do créditos tenham sido determinados por estimativas.

§ 2º. O lançamento é efetuado ou revisto, de ofício, nos seguintes casos:

I - quando o sujeito passivo ou terceiro, legalmente obrigado:

a) ao lançamento por homologação, não tenha efetuado a antecipação do pagamento, no prazo fixado na legislação tributária;

b) não tenha prestado as declarações, na forma e nos prazos estabelecidos na legislação tributária;

c) embora tenha prestado as declarações, deixe de atender, na forma e nos prazos estabelecidos na legislação tributária, ao pedido de esclarecimento formulado pela autoridade tributária, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

II - quando se comprove omissão, inexatidão, erro ou falsidade quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária, como sendo de declaração obrigatória;

III - quando se comprove que o sujeito passivo ou terceiro, em benefício daquele, agiu com fraude, dolo ou simulação;

IV - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento anterior;

V - quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional do servidor que o efetuou, ou omissão, pelo mesmo servidor, de ato ou formalidade essencial;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

VI - quando o lançamento original consignar diferença a menor contra a Fazenda Municipal, em decorrência de erro de fato, voluntário ou não, em qualquer de suas fases de execução;

VII - quando, em decorrência de erro de fato, houver necessidade de anulação do lançamento anterior, cujos defeitos o invalidem para todos os fins de direito.

### **SUBSEÇÃO I**

#### **DO ARBITRAMENTO**

Art. 133. A autoridade tributária procederá ao arbitramento da base de cálculo dos tributos, quando ocorrer qualquer uma das seguintes hipóteses:

I - o contribuinte não estiver escrito no Cadastro Tributário ou não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com sua escrituração atualizada;

II - o contribuinte, depois de intimado, deixar de exhibir os livros fiscais de utilização obrigatória;

III - fundada suspeita de que os valores declarados nos esclarecimentos, declarações ou documentos expedidos pelo contribuinte sejam notoriamente inferiores ao corrente no mercado;

IV - flagrante diferença entre os valores declarados ou escriturados e os sinais exteriores do potencial econômico do bem ou da atividade;

V - ações ou procedimentos praticados com dolo, fraude ou simulação;

VI - insuficiência de informações ou restrições intrínsecas, decorrentes das características do bem ou da atividade, que dificultem seu enquadramento em padrões usuais de apuração do valor econômico da matéria tributável.

Art. 134. O arbitramento deverá estar fundamentado, entre outros, nos seguintes elementos:

I - os pagamentos feitos em períodos idênticos pelo contribuinte ou por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;

II - os preços correntes dos bens ou serviços no mercado, em vigor na época da apuração;

III - os valores abaixo descritos, apurados mensalmente, despendidos pelo contribuinte no exercício da atividade objeto de investigação, acrescidos de 20% (vinte) por cento.

a) matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados;

b) folha de salários pagos, honorários de diretores, retiradas de sócios ou gerentes e respectivas obrigações trabalhista e sociais;

c) aluguel do imóvel e de máquinas e equipamentos utilizados ou, quando próprios, percentual nunca inferior a 1% (um por cento) do valor dos mesmos;

d) despesas com fornecimento de água, luz, força, telefone e demais encargos obrigatórios do contribuinte, inclusive tributos;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

IV - valores correntes no mercado, de partes específicas do patrimônio, cujo conjunto não se enquadre nos padrões usuais de classificação adotados pelo órgão tributário.

Art. 135. O arbitramento do preço dos serviços não exonera o contribuinte da imposição das penalidades cabíveis, quando for o caso.

### **SUBSEÇÃO II DA ESTIMATIVA**

Art. 136. O órgão tributário poderá, por ato normativo próprio, fixar o valor do imposto por estimativa:

I - quando se tratar de atividades em caráter temporário;

II - quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;

III - quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais;

IV - quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades aconselhar, a critério exclusivo do órgão tributário, tratamento tributário específico.

Parágrafo Único. No caso do inciso I deste artigo, consideram-se de caráter temporário as atividades cujo exercício esteja vinculado a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

Art. 137. A autoridade tributária que estabelecer o valor do imposto por estimativa levará em consideração;

I - o tempo de duração e a natureza específica da atividade;

II - o preço corrente dos serviços;

III - o local onde se estabelece o contribuinte;

IV - o montante das receitas e das despesas operacionais do contribuinte em períodos anteriores e sua comparação com as de outros contribuintes de idêntica atividade.

Art. 138. O valor do imposto por estimativa, expresso em múltiplos de U.R.M, será devido mensalmente, e revisto e atualizado em 31 de dezembro de cada exercício.

Art. 139. Os contribuintes submetidos ao regime de estimativa ficarão dispensados do uso de livros fiscais e da emissão da nota fiscal a que se refere o art. 71 deste código e os valores pagos serão considerados homologados, para os efeitos do § 2º do art. 131 deste Código.

Art. 140. O órgão tributário poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, quando verificar que a estima inicial foi incorreta ou que o volume ou a normalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 141. O órgão tributário poderá suspender o regime de estimativa mesmo antes do final do exercício, seja de modo geral ou individual, seja quanto a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, quando não mais prevalecerem as condições que originaram o enquadramento.

Art. 142. Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da ciência do ato respectivo, apresentar reclamação contra o valor estimado.

### SUBSEÇÃO III DA NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO

Art. 143. Os contribuintes sujeitos aos tributos de lançamento de ofício serão notificados para efetuar os pagamentos na forma e nos prazos estabelecidos no (CATRIM) Calendário Tributário do Município.

Parágrafo Único. Excetua-se do disposto neste artigo os contribuintes da contribuição de melhoria, cujas condições serão especificadas na notificação do lançamento respectivo.

Art. 144. A notificação do lançamento e de suas alterações ao sujeito passivo será efetuada por qualquer uma das seguintes formas:

I - comunicação ou avisos diretos;

II - publicação:

a) no órgão oficial do Município ou do estado;

b) em órgão da imprensa local ou de grande circulação no Município, ou por edital afixado na Prefeitura;

III - qualquer outra forma estabelecida na legislação tributária do Município.

Art. 145. A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica em dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposição de defesas ou recursos.

### SUBSEÇÃO IV DA DECADÊNCIA

Art. 146. O direito da Fazenda Municipal constituir o crédito tributário decai após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo Único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário, pela notificação ao sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 147. Ocorrendo a decadência, aplicam-se as normas do art. 150 no tocante à apuração de responsabilidade e à caracterização da falta.

### SUBSEÇÃO V DA PRESCRIÇÃO

Art. 148. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Art. 149. A prescrição se interrompe:

I - pela citação pessoal feita ao devedor;

II - pelo protesto judicial;

III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Art. 150. Ocorrendo a prescrição abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades.

Parágrafo Único. A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou função e independente do vínculo empregatício ou funcional, responderá civil, criminal e administrativamente, cumprindo-lhe indenizar o Municipal pelo valor dos créditos prescritos.

### SEÇÃO IV DO PAGAMENTO

Art. 151. O pagamento poderá ser efetuado por qualquer uma das seguintes formas:

I - moeda corrente do País;

II - cheque;

III - vale postal.

Parágrafo Único. O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.

Art. 152. O Calendário Tributário do Município poderá prever a concessão de descontos por antecipação do pagamento dos tributos de lançamento direto até o dobro da taxa de juros fixada pelo Banco Central do Brasil, para os próximos 12 (doze) meses.

Art. 153. O pagamento não implica quitação do crédito tributário, valendo o recibo como prova da importância nele referida, continuando o contribuinte obrigado a satisfazer qualquer diferença que venha a ser apurada.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 154. Nenhum pagamento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o documento de arrecadação municipal (D. A . M .), na forma estabelecida na legislação tributária do Município.

Parágrafo Único. O servidor que expedir com erro, voluntário ou não, o documento de arrecadação municipal responderá civil, criminal e administrativamente, cabendo-lhe direito regressivo contra o sujeito passivo.

Art. 155. O pagamento de qualquer tributo ou de penalidade pecuniária somente deverá ser efetuado junto ao órgão arrecadador municipal ou qualquer estabelecimento de crédito autorizado pelo Governo Municipal.

Parágrafo Único. Fica o Prefeito autorizado a firmar convênios ou contratos com empresas do sistema financeiro ou não, visando o recebimento de tributos ou de penalidades pecuniárias na sua sede filial, agência ou escritório.

Art. 156. O crédito não integralmente pago no vencimento ficará sujeito a juros de mora de 1% (um) por cento ao mês ou fração, e da aplicação da multa sobre o valor da atualização monetária correspondentes.

### SUBSEÇÃO I DO PAGAMENTO INDEVIDO

Art. 157. O sujeito passivo terá direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária, ou da natureza ou das circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

§ 1º. A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo ou no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

§ 2º. A restituição total ou parcial dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora, das penalidades pecuniárias e dos demais acréscimos legais relativos ao principal, executando-se aos acréscimos referentes às infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

§ 3º. A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado de decisão definitiva que a determinar.

Art. 158. O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se ao final do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do art. 157, da data de extinção do crédito tributário;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

II - na hipótese do inciso III do art. 157, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 159. Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo Único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial do Município.

Art. 160. O pedido de restituição será dirigido ao órgão tributário, através de requerimento da parte interessada que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou da irregularidade do crédito.

Parágrafo Único. O titular do órgão tributário, após comprovado o direito de devolução do tributo ou parte dele, encaminhará o processo ao titular do órgão responsável pela autorização da despesa. Caso contrário, determinará o seu arquivamento.

Art. 161. As importâncias relativas ao montante do crédito tributário depositado na Fazenda Municipal ou consignadas judicialmente para efeito de discussão serão, após irrecorrível, no total ou em parte, restituídas de ofício ao impugnante ou convertidas em renda a favor do Município.

### **SUBSEÇÃO II DA COMPENSAÇÃO**

Art. 162. Fica o Prefeito Municipal autorizado, sempre que o interesse do Município o exigir, a compensar créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra o Município nas condições e sob as garantias que estipular.

Parágrafo Único. Sendo vincendo o crédito tributário do sujeito passivo, o montante de seu valor atual será reduzido em 10% (dez por cento) por mês ou fração que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

### **SUBSEÇÃO III DA TRANSAÇÃO**

Art. 163. Fica o Prefeito Municipal autorizado a celebrar transação com o sujeito passivo da obrigação tributária que, mediante concessões mútuas, importe em término do litígio e conseqüente extinção do crédito tributário, desde que ocorra ao menos uma das seguintes condições:

I - a demora na solução do litígio seja onerosa para o Município;

II - a matéria tributável tenha sido arbitrada ou o montante do tributo fixado por estimativa.

### **SUBSEÇÃO IV DA REMISSÃO**

Art. 164. Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

I - à situação econômica do sujeito passivo;

II - ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

III - à diminuta importância do crédito tributário;

IV - a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;

V - a condições peculiares a determinada região do território do Município.

Parágrafo Único. A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários à sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

### **SEÇÃO V**

#### **DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA**

Art. 165. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de tributos e de juros moratórios e multas de qualquer natureza, inscrita pelo órgão tributário, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela legislação tributária ou por decisão final proferida em processo regular.

Art. 166. A dívida ativa tributária goza da presunção de certeza e liquidez.

Parágrafo Único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiro a que aproveite.

Art. 167. O termo de inscrição da dívida ativa tributária deverá conter:

I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e os demais encargos previstos em lei;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal da dívida;

IV - a indicação de estar a dívida sujeita à atualização, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - a data e o número da inscrição no registro de dívida ativa;

VI - sendo o caso, o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º. A certidão de dívida ativa conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição e será autenticada pela autoridade competente.

§ 2º. O termo de inscrição e a certidão de dívida ativa poderão ser preparados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 168. A omissão de qualquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo é causa de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente.

Parágrafo Único. A nulidade poderá ser sanada até decisão judicial de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo da defesa que se limitará à parte modificada.

Art. 169. A cobrança da dívida ativa será procedida:

I - por via amigável, pelo órgão tributário;

II - por via judicial, segundo as normas estabelecidas na Lei Federal nº.6.830, de 22/09/80.

Parágrafo Único. As duas vias a que se refere este artigo são independentes uma da outra, podendo ser providenciada a cobrança judicial da dívida, mesmo que não tenha dado início à cobrança amigável.

Art. 170. As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou conseqüentes, poderão ser reunidas em um só processo.

### CAPÍTULO IV DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

#### SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 171. Constitui infração a ação ou omissão, voluntária ou não, que importe na inobservância, por parte do sujeito passivo ou de terceiros, de normas estabelecidas na legislação tributária do Município.

Art. 172. Os infratores sujeitam-se às seguintes penalidades:

I - multa;

II - proibição de transacionar com as repartições municipais;

III - sujeição a regime especial de fiscalização.

§ 1º. A imposição de penalidades não exclui:

I - o pagamento do tributo;

II - a fluência de juros e mora;

III - a correção monetária do débito.

§ 2º. A imposição de penalidades não exime o infrator:

I - do cumprimento de obrigação tributária acessória;

II - de outras sanções cíveis, administrativas ou criminais.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 173. Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com interpretação tributária constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada essa interpretação.

Art. 174. A aplicação da penalidade de natureza civil, criminal ou administrativa e o seu cumprimento não dispensam, em caso algum, o pagamento do tributo devido e de seus acréscimos legais.

### SEÇÃO II DAS MULTAS

Art. 175. As multas cujos montantes não estiverem expressamente fixados neste Código serão graduadas pela autoridade tributária, observados os limites e as disposições nele fixados.

Parágrafo Único. Na imposição e na graduação da multa, levar-se-á em conta:

I - a menor ou maior gravidade da infração;

II - as circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III - os antecedentes do infrator com relação às disposições da legislação tributária.

Art. 176. Na avaliação das circunstâncias para imposição e graduação das multas, considerar-se-á como:

I - atenuante, o fato de o sujeito passivo procurar espontaneamente o órgão tributário para sanar infração à legislação tributária, antes do início de qualquer procedimento tributário;

II - agravante, as ações ou omissões eivadas de:

a) fraude: comprovada pela ausência de elementos convincentes em razão dos quais se possa admitir involuntária a ação ou a omissão do sujeito passivo ou de terceiro;

b) dolo, presumido como:

1. contradição evidente entre os livros e documentos da escrita tributária e os elementos das declarações e guias apresentadas ao órgão tributário;

2. manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações tributárias e a sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;

3. remessa de informes e comunicações falsos ao órgão tributário com respeito a fatos geradores e a bases de cálculo de obrigações tributárias;

4. omissão de lançamentos nos livros, fichas, declarações ou guias, de bens e atividades que constituam fatos geradores de obrigações tributárias.

Art. 177. Os infratores serão punidos com as seguintes multas:

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

I -10% (dez) por cento, calculada sobre o valor atualizado monetariamente do débito, quando ocorrer atraso no pagamento, integral ou de parcela, de tributo cujo crédito tenha sido constituído originalmente através de lançamento direto ou por declaração;

II - equivalente a 20% (vinte) por cento, aplicada em dobro a cada reincidência, quando se tratar do não cumprimento de obrigação tributária acessória, da qual não resulte a falta de pagamento de tributo;

III - equivalente a um mínimo de 10% (dez) e ao máximo de 30% (trinta) por cento, aplicadas em dobro a cada reincidência, quando se tratar do não cumprimento de obrigação tributária acessória, da qual resulte a falta de pagamento de tributo;

IV - quando ocorrer falta de pagamento do total ou de parte do imposto devido, lançado por homologação:

a) 2% (dois por cento), por mês ou fração, quando o pagamento for efetuado espontaneamente;

b) tratando-se de simples atraso no pagamento, estando devidamente escriturada a operação e calculo o montante do imposto, apurada a infração mediante ação tributária: multa de 10% (dez por cento) do valor do crédito tributário;

c) em casos de fraude, dolo e sonegação tributária e independentemente da ação criminal que houver: multa de 1 (uma) a 2 (duas) vezes o valor do crédito que for apurado na ação tributária.

Art. 178. As multas serão cumulativas, quando resultarem, concomitantemente, do não cumprimento de obrigação tributária acessória e principal.

Parágrafo Único. Apurando-se, no mesmo processo, o não cumprimento de mais de uma obrigação tributária acessória, pelo mesmo sujeito passivo, impor-se-á somente a pena relativa à infração mais grave.

Art. 179. Serão punidos com multa equivalente a:

I - 100 (cem) UFIR, aplicada em dobro a cada reincidência:

a) o síndico, leiloeiro, corretor, despachante ou quem quer que facilite, proporcione ou auxilie, por qualquer forma, a evasão ou sonegação de tributo, no todo ou em parte;

b) o árbitro que prejudicar a Fazenda Municipal, por negligência ou má-fé nas avaliações;

1. aceitarem encomendas para confecção de livros e documentos tributários estabelecidos pelo Município, sem a competente autorização do órgão tributário;

2. não mantiverem registros atualizados de encomenda, execução e entrega de livros e documentos tributários, na forma da legislação tributária;

II - 100 (cem) a 200 (duzentas) UFIR: as autoridades, os servidores administrativos e tributários e quaisquer outras pessoas, independentemente de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, que embaraçarem, ilidirem ou dificultarem a ação do órgão tributário, sem prejuízo do ressarcimento do crédito tributário, se for o caso;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

III - 100 (cem) a 200 (duzentas) UFIR: quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas que infringirem dispositivos da legislação tributária para os quais não tenham sido especificadas penalidades próprias.

§ 1º. Considera-se reincidência a repetição de infração a um mesmo dispositivo pela mesma pessoa física ou jurídica, dentro do prazo de 1 (um) ano, contado da data em que se tornar definitiva a penalidade relativa à infração anterior.

§ 2º. A co-autoria e a cumplicidade nas infrações ou tentativas de infração aos dispositivos deste Código sujeitam os que as praticarem a responderem solidariamente com os autores pelo pagamento dos tributos e seus acréscimos, se for caso.

Art. 180. O valor da multa será reduzido de 50 (cinquenta por cento) e o respectivo processo arquivado, se o infrator no prazo previsto para interposição de recurso voluntário, efetuar o pagamento do débito exigido na decisão de primeira instância.

Art. 181. As multas não pagas no prazo assinalado serão inscritas como dívida ativa, sem prejuízo da fluência dos juros de mora de 1 (um por cento) ao mês ou fração.

### SEÇÃO III

#### DA SUJEIÇÃO A REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 182. O sujeito passivo que houver cometido infração punida em grau máximo ou reincidir, mais de 3 (três), na violação das normas estabelecidas neste Código e na legislação tributária subsequente poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Parágrafo Único. O regime especial de fiscalização de que trata este artigo será definido na legislação tributária.

### SEÇÃO IV

#### DA PROIBIÇÃO DE TRANSACIONAR COM O MUNICÍPIO

Art. 183. Os contribuintes que se encontrarem em débito com a Fazenda Municipal não poderão:

I - participar de licitação, qualquer que seja sua modalidade, promovida por órgão da administração direta ou indireta do Município;

II - celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com os órgãos da administração direta e indireta do Município, com exceção:

a) da formalização dos termos e garantias necessários à concessão da moratória;

b) da compensação e da transação;

III - usufruir de quaisquer benefícios fiscais.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### SEÇÃO V DA RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÃO

Art. 184. Salvo os casos expressamente ressalvados em lei, a responsabilidade por infração à legislação tributária do Município independe da intenção do agente ou do responsável, bem como da natureza e da extensão dos efeitos do ato.

Art. 185. A responsabilidade é pessoal ao agente:

I - quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II - quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III - quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:

a) de terceiros, contra aqueles por quem respondem;

b) dos mandatários, prepostos e empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

c) dos diretores, parentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

Art. 186. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos acréscimos legais cabíveis, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade tributária, quando o montante do tributo depender de apuração.

Parágrafo Único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionada com a infração.

### CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

#### SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA DAS AUTORIDADES

Art. 187. As autoridades tributárias poderão, com a finalidade de obter elementos que lhes permitam, com precisão, determinar a natureza e o montante dos créditos tributários, efetuar a homologação dos lançamentos e verificar a exatidão das declarações e do requerimentos apresentados, em relação aos sujeitos passivos:

I - exigir, a qualquer tempo, a exibição dos livros de escrituração tributária e contábil e dos documentos que embasaram os lançamentos contábeis respectivos;

II - notificar o contribuinte ou responsável para:

a) prestar informações escritas ou verbais, sobre atos ou fatos que caracterizem ou possam caracterizar obrigação tributária;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

b) comparecer à sede do órgão tributário e prestar informações ou esclarecimentos envolvendo aspectos relacionados com obrigação tributária de sua responsabilidade;

III - fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações:

a) nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação;

b) nos bens imóveis que constituam matéria tributável;

IV - apreender coisas móveis, inclusive mercadorias, livros e documentos fiscais, nas condições e formas definidas na legislação tributária;

V - requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensável à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos bens e da documentação dos contribuintes e responsáveis;

Art. 188. Os contribuintes ou quaisquer responsáveis por tributos facilitarão, por todos os meios ao seu alcance, o cadastro ou recadastramento, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:

I - apresentar declarações, documentos e guias, bem como escriturar, em livros próprios, os fatos geradores da obrigação tributária, segundo as normas estabelecidas na legislação tributária;

II - comunicar, ao órgão tributário, no prazo legal, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir:

a) obrigação tributária;

b) responsabilidade tributária;

c) domicílio tributário;

III - conservar e apresentar ao órgão tributário, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;

IV - prestar, sempre que solicitado pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo do órgão tributário, se refiram a fato gerador de obrigação tributária.

Parágrafo Único. Mesmo no caso de imunidade e isenção ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 189. A autoridade tributária poderá requisitar a terceiros, e estes ficam obrigados a fornecer-lhe, todas as informações e dados referentes a fatos geradores de obrigação tributária para os quais tenham contribuído ou que devam conhecer, salvo quando, por força de lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a esses fatos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 190. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade tributária todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, sujeitos aos tributos municipais:

I - os tabeliães, os escrivães e os demais serventuários de ofício;

II - os bancos, as caixas econômicas e as demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, os leiloeiros e os despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, os comissários e os liquidatários;

VII - os inquilinos e os titulares do direito de usufruto, uso ou habitação;

VIII - os síndicos ou qualquer dos condôminos, nos casos de propriedade em condomínio;

IX - os responsáveis por cooperativas, associações desportivas e entidades de classe;

X - quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informações caracterizadoras de obrigações tributárias municipais.

Parágrafo Único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a guardar segredo.

Art. 191. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

Art. 192. Independentemente do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para quaisquer fins, por parte de prepostos do Município, de qualquer informação obtida em razão de ofício sobre a situação econômico-financeira e sobre a natureza e o estado dos negócios ou das atividades das pessoas sujeitas à fiscalização.

§ 1º. Excetua-se do disposto neste artigo unicamente as requisições da autoridade judiciária e os casos de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município, e entre este e a União, os Estados e os outros Municípios.

§ 2º. A divulgação das informações obtidas no exame de contas e documentos constitui falta grave sujeita às penalidades da legislação pertinente.

## **SEÇÃO II**

### **DOS TERMOS DE FISCALIZAÇÃO**

Art. 193. A autoridade tributária que presidir ou proceder a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento e se estipule o prazo máximo para conclusão daquelas.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º. Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separados, deles se dará ao fiscalizado cópia autenticada pela autoridade, contra recibo no original.

§ 2º. A recusa do recibo, que será declarada pela autoridade, não trará proveito ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica.

§ 3º. Os dispositivos do parágrafo anterior são aplicáveis, extensivamente, aos fiscalizados e infratores analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou infração, mediante declaração da autoridade tributária, ressalvadas as hipóteses dos incapazes, como definidos pela lei civil.

### SEÇÃO III DA APREENSÃO DE BENS E DOCUMENTOS

Art. 194. Poderão ser apreendidas as coisas móveis, inclusive mercadorias e documentos existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou prestador de serviço do contribuinte, responsável ou de terceiros, em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material de infração à legislação tributária do Município.

Parágrafo Único. Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina por parte do infrator.

Art. 195. Da apreensão lavrar-se-á auto, com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, os procedimentos a ele relativos.

Parágrafo Único. O auto de apreensão conterá a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficaram depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante.

Art. 196. Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Art. 197. As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade tributária, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Parágrafo Único. Em relação à matéria deste artigo, aplica-se no que couber, o disposto nos arts. 133 e 134 deste Código.

Art. 198. Se o autuado não provar o preenchimento de todas as exigências legais para liberação dos bens apreendidos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a hasta pública ou leilão.

§ 1º. Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, estes poderão ser doados, a critério da Administração, a associações de caridade ou de assistência social.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º. Apurando-se na venda importância superior aos tributos, aos acréscimos legais e demais custos resultantes da modalidade de venda, será o autuado notificado para, no prazo de 10 (dez) dias, receber o excedente ou o valor total da venda, caso nada seja devido, se em ambas as situações já não houver comparecido para fazê-lo.

### SEÇÃO IV DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR

Art. 199. Verificando-se omissão não dolosa de pagamento de tributo ou qualquer infração de lei ou regulamento de que possa resultar evasão de receita, será expedida, contra o infrator, notificação preliminar para que, no prazo de até 10 (dez) dias, regularize a situação.

Parágrafo Único. Esgotado o prazo de que trata este artigo, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante o órgão tributário lavrar-se-á o auto de infração.

Art. 200. A notificação preliminar será feita em formulário destacado de talonário próprio, no qual ficará cópia com o “ciente” do notificado, e conterá os elementos seguintes:

I - nome do notificado;

II - local, dia e hora da lavratura;

III - descrição sumária do fato que a motivou e indicação do dispositivo legal violado;

IV - valor do tributo e da multa devidos;

V - assinatura do notificado.

§ 1º. A notificação preliminar será lavrada no estabelecimento ou local onde se verificar a constatação da infração e poderá ser datilografada ou impressa com relação às palavras rituais, devendo os claros ser preenchidos e inutilizados os campos e linhas em branco.

§ 2º. Ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia da notificação, autenticada pelo notificante, contra recibo no original.

§ 3º. A recusa do recibo, que será declarada pelo notificante, não aproveita ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica, e é extensiva as pessoas referidas no § 3º. do art. 193.

§ 4º. Na hipótese do parágrafo anterior, o notificante declarará essa circunstância na notificação.

§ 5º. A notificação preliminar não composta reclamação, defesa ou recurso.

Art. 201. Considera-se convencido do débito tributário o contribuinte que pagar o tributo e os acréscimos legais apurados na notificação preliminar.

### SEÇÃO V DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 202. O contribuinte deverá ser imediatamente autuado:

I - quando for encontrado no exercício de atividade tributável sem prévia inscrição;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

II - quando houver provas de tentativa para eximir-se ou furtar-se ao pagamento do tributo;

III - quando for manifesto o ânimo de sonegar;

IV - quando incidir em nova falta da qual poderia resultar evasão de receita antes de decorrido 1 (um) ano, contado da última notificação preliminar.

Art. 203. O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:

I - mencionar o local, o dia e a hora da lavratura;

II - conter o nome do autuado, o domicílio e a natureza da atividade;

III - referir-se ao nome e ao endereço das testemunhas, se houver;

IV - descrever sumariamente o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes, indicar o dispositivo da legislação tributária violado e fazer referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração, quando for o caso;

V - conter intimação ao autuado para pagar os tributos e as multas devidos ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos.

§ 1. As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º. A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica confissão, nem a recusa agravará sua pena.

§ 3º. Se o autuado, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-à menção dessa circunstância.

Art. 204. O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente com o de apreensão e então conterà também os elementos deste.

Art. 205. Da lavratura do auto será intimado o autuado:

I - pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia do auto ao próprio, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;

II - por carta, acompanhada de cópia do auto, com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;

III - por edital na imprensa oficial ou em órgão de circulação local, ou afixado na sede da Prefeitura Municipal, com prazo de 30 (trinta) dias, se este não puder ser encontrado pessoalmente ou por via postal.

Art. 206. A intimação presume-se feita:

I - quando pessoal, na data do recibo;

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA**

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**

II - quando por carta, na data do recibo de volta e, se for esta omitida, 15 (quinze) dias após a entrada da carta no correio;

III - quando por edital, no término do prazo, contado este da data da afixação ou da publicação.

Art. 207. As intimações subsequentes à inicial far-se-ão pessoalmente, caso em que serão certificados no processo, e por carta ou edital, conforme as circunstâncias, observado o disposto nos arts. 208 e 209 deste Código.

Art. 208. Cada auto de infração será registrado, em ordem cronológica, no Livro de Registro de Autos de Infração, existente no setor do órgão tributário responsável pela fiscalização tributária.

Art. 209. Esgotado o prazo para cumprimento da obrigação ou impugnação do auto de infração, o chefe do setor do órgão tributário responsável pela fiscalização tributária determinará a protocolização do auto de infração, o qual será aberto com a cópia que contenha a assinatura do autuado ou do seu preposto ou, na sua ausência, a declaração do autuante quanto a essa hipótese.

Art. 210. Após recibo o processo, o titular do setor referido no artigo anterior declarará a revelia e, até 30 (trinta) dias contados da data da protocolização, encaminhará o processo para o setor de dívida ativa, onde deverá ser procedida a imediata inscrição dos débitos.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DO PROCESSO CONTENCIOSO**

#### **SEÇÃO I**

##### **DA RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO**

Art. 211. O contribuinte que não concordar com o lançamento direto ou por declaração poderá reclamar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação ou do aviso efetuado por qualquer das formas estabelecidas na legislação tributária.

Art. 212. A reclamação contra o lançamento far-se-á por petição dirigida ao órgão tributário, facultada a juntada de documentos.

Art. 213. A reclamação contra o lançamento terá efeito suspensivo na cobrança dos tributos lançados.

Art. 214. Apresentada a reclamação, o processo será encaminhado ao setor responsável pelo lançamento, que terá 10 (dez) dias, a partir da data de seu recebimento, para instruí-lo com base nos elementos constitutivos do lançamento e, se for o caso, impugná-lo.

#### **SEÇÃO II**

##### **DA DEFESA DOS AUTUADOS**

Art. 215. O autuado apresentará defesa no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da intimação.

Art. 216. A defesa do autuado será apresentada por petição ao setor por onde correr o processo, contra recibo.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 217. Na defesa, o autuado alegará a matéria que entender útil, indicará e requererá as provas que pretenda produzir, juntará logo as que possuir e, sendo o caso, arrolará as testemunhas, até o máximo de 3 (três).

Art. 218. Apresentada defesa, terá o autuante o prazo de 10 (dez) dias para instruir o processo a partir da data de seu recebimento, o que fará, no que for aplicável, na forma do artigo precedente.

### SUBSEÇÃO ÚNICA DAS PROVAS

Art. 219. Findos os prazos a que se referem os arts. 215 e 218 deste Código, o titular do órgão tributário responsável pelo lançamento ou no qual esteja lotado o autuante definirá, no prazo de 10 (dez) dias, a produção de provas que não sejam manifestamente inúteis ou protelatórias, ordenará a produção de outras que entender necessárias e fixará, não superior a 30 (trinta) dias, em que umas e outras devam ser produzidas.

Art. 220. As perícias deferidas competirão ao perito designado pelo titular do órgão tributário, na forma do artigo anterior; quando requerido pelo autuante ou, nas reclamações contra o lançamento, pelo setor encarregado de realizá-lo, poderão ser atribuídas a agente do órgão tributário.

Art. 221. Ao autuado e ao autuante será permitido, sucessivamente, reinquirir testemunhas, do mesmo modo ao impugnador e ao impugnado, nas reclamações contra lançamento.

Art. 222. O autuado e o reclamante poderão participar das diligências e as alegações que tiverem serão juntadas ao processo ou constarão do termo de diligência para serem apreciadas no julgamento.

Art. 223. Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos das repartições do Município ou em depoimento pessoal de seus representantes ou funcionários.

### SEÇÃO III DA DECISÃO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 224. Findo o prazo para a produção de provas ou perempto o direito de apresentar defesa, o processo será apresentado à autoridade julgadora que proferirá decisão no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º. Se entender necessário, a autoridade poderá, no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao autuado e ao autuante, ou ao reclamante e ao impugnador, por 5 (cinco) dias a cada um, para as alegações finais.

§ 2º. Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá novo prazo de 10 (dez) dias, para proferir a decisão.

§ 3º. A autoridade não fica adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

§ 4º. Se não se considerar habilitada a decidir, a autoridade poderá converter o julgamento em diligência e determinar a produção de novas provas a ser realizada e prosseguir, na forma e nos prazos descritos nos parágrafos anteriores, no que for aplicável.

Art. 225. A decisão, redigida com simplicidade e clareza, concluirá pela procedência ou improcedência do auto ou da reclamação contra o lançamento, definido expressamente os seus efeitos, num e noutro caso.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo Único. A autoridade a que se refere esta seção é o titular do órgão tributário mencionado no art. 93 deste Código.

Art. 226. Não sendo proferida decisão nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fora julgado procedente o auto de infração ou improcedente a reclamação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

### SEÇÃO V DOS RECURSOS

#### SUBSEÇÃO I DO RECURSO VOLUNTÁRIO

Art. 227. Da decisão de primeira instância, contrária, no todo ou em parte, ao contribuinte, caberá recurso voluntário para o Prefeito, com efeito suspensivo, interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados da ciência da decisão de primeira instância.

Art. 228. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas no mesmo processo tributário.

#### SUBSEÇÃO II DO RECURSO DE OFÍCIO

Art. 229. Das decisões de primeira instância contrária, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação da infração, será interposto recurso de ofício, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder o valor equivalente a 300 (trezentas) UFIRs .

Art. 230. Subindo o processo em grau de recurso voluntário, e sendo também o caso de recurso de ofício, não interposto, o Prefeito tomará conhecimento pleno do processo, como se tivesse havido tal recurso.

### SEÇÃO V DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES FISCAIS

Art. 231. As decisões definitivas serão cumpridas:

I - pela notificação do contribuinte e, quando for o caso, também do seu fiador, para no prazo de 10 (dez) dias satisfazer o pagamento do valor da condenação;

II - pela notificação do contribuinte para vir receber importância indevidamente recolhida como tributo, seus acréscimos legais e multas;

III - pela notificação do contribuinte para vir receber ou, quando for o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre:

a) o valor da condenação e a importância depositada em garantia de instância;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

b) o valor da condenação e o produto da venda dos títulos caucionados, quando não satisfeito o pagamento no prazo legal;

IV - pela liberação dos bens, mercadorias ou documentos apreendidos ou depositados, ou pela restituição do produto de sua venda, se tiver havido alienação, ou do seu valor de mercado, se houver ocorrido doação;

V - pela imediata inscrição, como dívida ativa, e remessa da certidão para cobrança judicial, dos débitos a que se referem os incisos I e III deste artigo, se não tiverem sido pagos no prazo estabelecido.

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 232. Fica o Prefeito Municipal autorizado a instituir preços públicos, através de decreto, para obter ressarcimento da prestação de serviços, do fornecimento de bens ou mercadorias de natureza comercial ou industrial, da ocupação de espaços em prédios, praças, vias ou logradouros públicos, ou de sua atuação na organização e na exploração de atividades econômicas, não especificados nas tabelas anexo a este Código.

§ 1º. A fixação do preços terá por base o custo unitário da prestação do serviço ou do fornecimento dos bens ou mercadorias, ou o valor estimado da área ocupada.

§ 2º. Quando não for possível a obtenção do custo unitário, para fixação do preço serão considerados o custo total da atividade, verificado no último exercício, e a flutuação nos preços de aquisição dos insumos.

§ 3º. O custo total compreenderá o custo de produção, manutenção e administração, quando for o caso, e de igual modo as reservas para recuperação do equipamento e expansão da atividade.

Art. 233. O valor da base de cálculo, para cobrança do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, de Profissionais Liberais e autônomos, será correspondente a R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 234. O valor da Base de cálculo que trata o Art. Anterior, bem como a (U.R.M) Unidade de Referência Municipal, fixada pelo artigo 120 desta Lei complementar, serão atualizados de acordo com variação do (I.G.P.M), instituído pelo Governo Federal, ou de qualquer outro índice utilizado pela União, e será utilizado como medida de valor e de parâmetro, de atualização monetária das bases de cálculo dos tributos, créditos tributários e das penalidades.

Art. 235. Consideram-se integradas ao presente Código as Tabelas de I a XVI anexas que o acompanham.

Art. 236. Este Código entra em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2002, sendo regulamentada por Decreto do executivo no prazo de sessenta dias, de sua aprovação.

Art. 237. Revogam-se as disposições em contrário.

**Pedra Dourada, 02 de janeiro de 2002.**

**Eunice Araújo Moreira Soares**  
**PREFEITA MUNICIPAL**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### TABELA I

(a que se refere o art. 50 do Projeto Lei Complementar n.º-----)

#### Alíquotas (%) do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano

Imóveis Situados no Território do Município, Sujeitos ao IPTU:

<b>IMÓVEL</b>	<b>NÃO EDIFICADO</b>	<b>EDIFICADO</b>
Com muro com passeio	0,5%	0,25%
Com muro sem passeio	1,0%	0,5%
Com passeio sem muro	1,5%	1,0%
Sem muro sem passeio	2,0%	1,5%

1 - As alíquotas serão aplicadas sobre o valor venal dos imóveis.

2 - O padrão das edificações será determinado em função das características físicas de cada uma, constantes do Cadastro Imobiliário Tributário, por ocasião do lançamento.

3 - A localização será definida na lei que delimitar a zona urbana, para efeitos tributários.

4 - Os imóveis edificados de utilização mista serão classificados como não residenciais.

5 - As alíquotas serão reduzidas 0,5% e 1,0% automaticamente, a partir do momento em que os referidos imóveis, tiverem os serviços de Muro e Passeio executados.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

**TABELA II**

(a que se refere o art. 67 do Projeto de Lei Complementar n.º -----)

### PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CONGÊNERES

<b>CÓDIGO</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>	<b>LÍQUOTA</b>
01.01	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada de obras de construção civil.	Receita bruta	Mensal	2,%
01.02	Serviços de terraplanagem	Receita bruta	Mensal	2%
01.03	Serviço de demolição.	Receita bruta	Mensal	2%
01.04	Serviço de reparação e conservação de prédios, pontes estradas, viadutos e outras obras de engenharia.	Receita bruta	Mensal	2%
01.05	Serviços em geral de obras hidráulicas.	Receita bruta	Mensal	2%
01.06	Serviços auxiliares à engenharia e arquitetura e congêneres.	Receita bruta	Mensal	2%
01.07	Pesquisa, perfuração de poços, cimentação, perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração de petróleo e gás natural.	Receita bruta	Mensal	2%
01.08	Pesquisa e perfuração de poços artesianos.	receita bruta	Mensal	2%
01.09	Obras de florestamento e reflorestamento	receita bruta	Mensal	2%
01.10	Escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres.	receita bruta	Mensal	2%
01.11	Limpeza e drenagem de rios, portos, lagos e canais.	receita bruta	Mensal	2%
01.12	Obras de paisagismo, jardinagem e decoração.	receita bruta	Mensal	2%
01.13	Aerofotogrametria (incluindo interpretação, mapeamento e topografia)	receita bruta	Mensal	2%
01.14	Projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza.	receita bruta	Mensal	2%
01.15	Locação de máquinas e equipamentos para construção civil.	receita bruta	Mensal	2%
	Prestação de serviço com emprego de material			
01.16	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada de obras de construção civil.	40% da receita bruta	Mensal	2%
01.17	Serviço de reparação e conservação de prédios, pontes estradas, viadutos e outras obras de engenharia.	40% da receita bruta	mensal	2%
01.18	Serviços em geral de obras Hidráulicas	40% da receita bruta	mensal	2%
01.19	Serviços auxiliares à engenharia e arquitetura e congêneres	40% da receita bruta	mensal	2%
01.20	Pesquisa e perfuração de poços, cimentação, perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração de petróleo e gás natural	40% da receita bruta	mensal	2%
01.21	Escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres	40% da receita bruta	mensal	2%
01.22	Obras de paisagismo, jardinagem e	40% da receita	mensal	2%

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

decoração	bruta		
-----------	-------	--	--

**TABELA III**

(a que se refere o art. 67 do Projeto Lei Complementar n.º -----/2001)

### **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MÃO-DE-OBRA EXCLUSIVA**

CÓDIGO	ATIVIDADES	BASE DE CÁLCULO	INCIDÊNCIA	LÍQUOTA
02.01	Hospitais, sanatórios, ambulatórios e manicômios.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.02	Clínicas de radioterapia, ultra-sonografia, tomografia, radiologia, mamografia, ecografia, ergometria e congêneres.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.03	Clínicas médicas especializadas.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.04	Prontos-socorros, casas de saúde e de recuperação.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.05	Bancos de sangue e de pele.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.06	Bancos de leite.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.07	Bancos de sêmen e congêneres.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.08	Laboratórios de análises clínicas.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.09	Clínicas e hospitais veterinários e congêneres.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.10	Clínicas especializadas em exames psicotécnicos.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.11	Hotéis, pensões, hospedarias, pousadas, motéis e congêneres (o valor da alimentação incluído no preço da diária está sujeito ao ISS).	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.12	Varrição, coleta, remoção e incineração de lixo e entulhos.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.13	Limpeza, manutenção e conservação de imóveis inclusive vias públicas, praças, parques e jardins.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.14	Limpeza de chaminés, fossas e congêneres.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.15	Detetização, Desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.16	Controle de tratamento de afluentes de qualquer natureza e de agentes físicos e biológicos.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.17	Saneamento ambiental e congêneres	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.18	Assessoria e consultoria de qualquer natureza.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.19	Organização, programação e/ou organização técnica, financeira ou administrativa.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.20	Planejamento, coordenação programação assessoria e consultoria técnica	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.21	Consultoria, análise (inclusive de sistemas), exames, pesquisas, informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.22	Assistência técnica na área de	Receita bruta	Mensal	0,50%

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

	informática.			
02.23	Editoração e composição gráfica por processamento de dados.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.24	Instrução, treinamento e outros cursos especializado na área de informática.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.25	Contabilidade, auditoria e “guarda-livros”.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.26	Traduções e interpretações.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.27	Datilografia, estenografia, expediente, secretaria geral e congêneres.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.28	Ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimento de qualquer grau e natureza.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.29	Administração de bens e negócios de terceiros e consórcios.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.30	Administração prédios comerciais e residenciais (condomínios).	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.31	Guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.32	Guarda, vigilância e segurança de pessoas, bens móveis e imóveis.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.33	Transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores dentro da área do município.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.34	Fornecimento de música, mediante Qualquer processo de transmissão para vias públicas ou ambientes fechados (Exceto as radiofônicas e/ou televisivas)	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.35	Fonografia. gravação e distribuição de sons, ruídos e imagens, inclusive revelação, ampliação, cópias, reprodução trucagem, dublagem e mixagem (de filmes, vídeos e congêneres.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.36	Propaganda sonora por meio de veículos automotores.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.37	Produção para terceiros, com ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.38	Locação de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.39	Locação de vestuário em geral.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.40	Transporte coletivo de passageiros dentro da área do município.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.41	Transporte escolar em veículos próprios e identificados.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.42	Agenciamento, e corretagem de seguros em geral.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.43	Agenciamento, intermediação ou corretagem de direitos da propriedade industrial, artística ou literária.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.44	Agenciamento, intermediação ou corretagem de contratos de franquia (Franchise) ou faturação (Factoring), (exceto os serviços prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.45	Agenciamento, administração, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeio, excursões	Receita bruta	Mensal	0,50%

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

	e congêneres (agências de viagens).			
02.46	Regulação de sinistros cobertos por contratos de seguros, inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros, prevenção de gerência de riscos Seguráveis, prestados por quem não seja o próprio segurando ou companhia de seguros.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.47	Montagem industrial prestada ao usuário Final do serviço exclusivamente com material por ele fornecimento.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.48	Instalação e montagem de aparelhos, equipamentos e máquinas, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.49	Recrutamento, agenciamento, seleção, colocação e/ou fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador de serviços ou por trabalhadores avulsos por ele contratados.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.50	Veiculação e divulgação de textos, desenhos e outras matérias de publicidade, por qualquer meio (exceto em jornais periódicos, rádio e televisão)	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.51	Serviços aeroportuários, utilização de aeroportos, armazenagem interna, externa e especial, suprimento de água, serviços acessórios, movimentação de mercadorias fora da cidade	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.52	Cobrança ou recebimento por conta de terceiros, inclusive de direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posição de cobrança ou recebimento (inclusive os protestados por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central)	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.53	Representação comercial, inclusive com distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.54	Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central: fornecimento de talões de cheques, emissão de cheques administrativos, emissão de cheques, transferencia de fundos, devolução de cheques, sustação de pagamentos de cheques. Ordens de pagamento e de crédito, (por qualquer meio). emissão e renovação de cartões de crédito. Consultas a terminais eletrônicos, pagamentos por conta de terceiros, inclusive feito fora do estabelecimento, elaboração de fichas cadastrais. aluguel de cofres, fornecimento de segunda via de avisos de lançamento de extrato de contas, emissão de carnês (não incluídas as despesas com correio, telegramas, teleprocessamento necessário à prestação	Receita bruta	Mensal	0,50%

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

	de serviços)			
02.55	Serviços de manutenção e conservação de elevadores comerciais ou residenciais.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.56	Oficinas mecânicas para veículos automotores em geral.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.57	Oficinas elétricas para veículos automotores em geral.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.58	Oficinas de lanternagem e pintura para veículos automotores em geral.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.59	Raspagem, calafetação, polimento, lustração de pisos, paredes, escadas e congêneres.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.60	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.61	Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, motores, aparelhos e equipamentos em geral.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.62	Conserto, restauração e manutenção de máquinas, motores e equipamentos em geral.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.63	Recauchutagem de pneumáticos para usuário final.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.64	Recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem e tingimento de objetos não identificados em outros códigos.	Receita bruta	Mensal	0,50%
02.65	Galvanoplastia, anodização, corte, recorte, dobra, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não identificados em outros códigos.	Receita bruta	Mensal	0,50%

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**TABELA IV**

**ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM EMPREGO DE**  
**MATERIAL E PEÇAS**

Material e peças aplicados sujeito ao ICMS:

<b>CÓDIGO</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>BASE DE CALCULO</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>	<b>ALÍQUOTA</b>
03.01	Colocação de carpetes, tapetes e cortinas.	50% Receita bruta	Mensal	2%
03.02	Conserto, restauração e manutenção de máquinas e veículos por oficinas autorizadas e concessionárias.	50% Receita bruta	Mensal	2%
03.03	Recondicionamento e retifica de motores de qualquer espécie.	50% Receita bruta	Mensal	2%
03.04	Consertos de aparelhos elétricos, eletrônicos e mecânicos de uso doméstico.	50% Receita bruta	Mensal	2%
03.05	Assistência e orientação por oficinas autorizadas.	50% Receita bruta	Mensal	2%
03.06	Organização de festas, recepções, coquetéis e serviços de bufetes (exceto o fornecimento de bebidas e alimentação que ficam sujeitos ao ICMS. devidamente comprovado).	50% Receita bruta	Mensal	2%
03.07	Funerárias (exceto o fornecimento de urnas devidamente comprovado) e serviços afins.	50% Receita bruta	Mensal	2%

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

TABELA V

### ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM APLICAÇÃO DE MATERIAL

PREÇO DO SERVIÇO X ALIQUOTA:

<b>CÓDIGO</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>	<b>ALÍQUOTA</b>
04.01	Composição gráfica, inclusive "Off-set".	50% Receita bruta	mensal	2%
04.02	Lustração de bens móveis quando o serviço for prestado a usuário final do objeto lustrado.	50% Receita bruta	mensal	2%
04.03	Cópia ou reprodução, por qualquer meio ou processo, de documentos e outros papéis, plantas e desenhos.	50% Receita bruta	mensal	2%
04.04	Colocação de molduras e afins, encadernação e douração de livros, revistas e congêneres.	50% Receita bruta	mensal	2%
04.05	Aplicação de sinteko e resinas em pisos.	50% Receita bruta	mensal	2%
04.06	Fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia.	50% Receita bruta	mensal	2%



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

ESTADO DE MINAS GERAIS

## TABELA VI

### POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PROFISSIONAIS LIBERAIS E TÉCNICOS

<b>CÓDIGO</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>	<b>% DA BASE DE CALCULO</b>
05.01	Médicos	Anual	150
05.02	Dentistas.	Anual	150
05.03	Engenheiros e arquitetos.	Anual	150
05.04	Advogados.	Anual	150
05.05	Psicólogos.	Anual	150
05.06	Economistas.	Anual	150
05.07	Administradores de empresas.	Anual	150
05.08	Engenheiros agrônomos.	Anual	150
05.09	Farmacêuticos.	Anual	150
05.10	Bioquímicos.	Anual	150
05.11	Veterinários	Anual	150
05.12	Contabilistas e auditores	Anual	150
05.13	Enfermeiros.	Anual	150
05.14	Ortópticos.	Anual	150
05.15	Protéticos.	Anual	150
05.16	Assistente social.	Anual	150
05.17	Urbanistas.	Anual	150
05.18	Fonaudiólogos	Anual	150
05.19	Técnicos em contabilidade	Anual	150
05.20	Construtores.	Anual	150
05.21	Agrimensores.	Anual	150
05.22	Topógrafos	Anual	70
05.23	Desenhistas.	Anual	70
05.24	Jornalistas.	Anual	70
05.25	Profissionais da comunicação social.	Anual	70
05.26	Outros profissionais de nível superior.	Anual	150
05.27	Outros profissionais de nível técnico.	Anual	70

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA  
ESTADO DE MINAS GERAIS

TABELA VII

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS**

<b>CÓDIGO</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>	<b>% DA BASE DE CALULO</b>
06.01	Alfaiates	Anual	20
06.02	Costureiras.	Anual	20
06.03	Modistas.	Anual	20
06.04	Relações públicas.	Anual	20
06.05	Despachantes.	Anual	20
06.06	Decoradores.	Anual	20
06.07	Barbeiros, cabeleireiros.	Anual	20
06.08	Manicure, pedicure.	Anual	20
06.09	Guias de turismo.	Anual	20
06.10	Taxidermistas	Anual	20
06.11	Corretores de imóveis	Anual	20

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA  
ESTADO DE MINAS GERAIS

TABELA VIII

**POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVERSÕES  
PÚBLICAS**

<b>CÓDIGO</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>	<b>ALÍQUOTA</b>
07.01	Cinemas.	Renda bruta	Mensal	2%
07.02	Teatros.	Renda bruta	Por evento	2%
07.03	Exposições com cobrança de ingressos.	Renda bruta	Por evento	2%
07.04	Bailes.	Renda bruta	Por evento	2%
07.05	Festivais e recitais.	Renda bruta	Por evento	2%
07.06	Fornecimento de música mediante transmissão por qualquer processo.	Renda bruta	Mensal	2%
07.07	Locação de vídeos, CDs, videocassetes e outros aparelhos eletrônicos.	Renda bruta	Mensal	2%

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

**TABELA IX**

### **POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES ESPECIAIS**

<b>CÓDIGO</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>	<b>ALÍQUOTA</b>
08.01	Clínicas especializadas em emagrecimento (Spa's)	Renda bruta	Mensal	0,50%
08.02	Planos de saúde e assistência médica e congêneres, prestados através de convênios ou em grupos com empresas para seus empregados.	Renda bruta	Mensal	0,50%
08.03	Planos de assistência odontológica prestados através de convênios ou em grupos com empresas para seus empregados.	Renda bruta	Mensal	0,50%
08.04	Guarda, amostramento, adestramento, embelezamento e alojamento de animais.	Renda bruta	Mensal	0,50%
08.05	Saunas, duchas, banhos massagens e congêneres.	Renda bruta	Mensal	0,50%
08.06	Academias de ginástica, danças, patinação, aieróbica e congêneres.	Renda bruta	Mensal	0,50%
08.07	Perícias, laudos,, exames e análises técnico- contábeis.	Renda bruta	Mensal	0,50%
08.08	Avaliação de bens.	Renda bruta	Mensal	0,50%
08.09	Planejamento, organização e administração de congressos, exposições e congêneres.	Renda bruta	Mensal	0,50%
08.10	Planejamento, organização e administração de feiras intinerantes ou não.	Renda bruta	Mensal	050%
08.11	Distribuição e vendas de bilhetes de loterias, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteio e prêmios.	Renda bruta	Mensal	0,50%
08.12	Administração, organização e corretagem de "Bingos".	Renda bruta	Mensal	0,50%
08.13	Administração de fundos mútuos (exceto a realizada por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central).	Renda bruta	Mensal	0,50%
08.14	agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços prestados por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central.	Renda bruta	Mensal	0,50%
08.15	Administração, agenciamento ou intermediação e corretagem de bens móveis e imóveis não relacionados em outros itens.	Renda bruta	Mensal	0,50%
08.16	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer natureza/espécie (exceto os realizados em instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central).	Renda bruta	Mensal	2%
08.17	Leiloeiros.	Renda bruta	por evento	2%

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

08.18	Avaliadores.	Renda bruta	por Laudo	0,50%
08.19	Peritos.	Renda bruta	por Laudo	0,50%
08.20	“Drive-in” vídeo-laser.	Renda bruta	Mensal	2%
08.21	“Taxi-dancing”, boates e congêneres.	Renda bruta	Mensal	2%
08.22	Bilhares, boliches, bochas e congêneres.	Renda bruta	Mensal	2%
08.23	Parque de diversões, circos e congêneres.	Renda bruta	por dia	2%
08.24	Shows artísticos em ambientes fechados com cobrança de ingressos.	Renda bruta	por evento	2%
08.25	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador, inclusive as realizadas em auditórios de estações de rádio ou televisão.	Renda bruta	por evento	2%
08.26	Rodeios com cobrança de ingressos.	Renda bruta	por evento	2%
08.27	jogos eletrônicos e outros congêneres.	Renda bruta	por evento	2%
08.28	Corridas e competição de animais	Renda bruta	por evento	2%
08.29	Outras atividades não classificadas nos códigos anteriores.	Renda bruta	por evento	2%

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### TABELA X

#### TABELA DA TAXA PELOS SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICA

<b>CÓDIGO</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
09.01	Terrenos (por metro linear de testada)	UFIR	Por ano	0,40
	Prédios.			
09.02	Residencial (área construída)	UFIR		
	- até 60m <sup>2</sup>		Por ano	2
	- de 60 até 100m <sup>2</sup> .		Por ano	3
	- de 100 até 200m <sup>2</sup> .		Por ano	5
	- acima de 200m <sup>2</sup> .		Por ano	6
09.03	Comércio:	UFIR		
	- de pequeno porte		Por ano	3
	- de médio porte.		Por ano	5
	- de grande porte.		Por ano	8
09.04	Serviços.	UFIR		
	- de pequeno porte		Por ano	4
	- de médio porte.		Por ano	6
	- de grande porte		Por ano	8
09.05	Indústrias e agropecuária:	UFIR		
	- de pequeno porte.		Por ano	5
	- de médio porte.		Por ano	8
	- de grande porte.		Por ano	10
09.06	Hospitais e congêneres:	UFIR		
	- de pequeno porte.		Por ano	50
	- de médio porte.		Por ano	80
	- de grande porte.		Por ano	100
09.07	Outros.	UFIR	Por ano	1
09.08	Conservação de vias e logradouros públicos.	Por metro linear (testada)		
09.09	vias com calçamento	UFIR	Por ano	1
	vias sem calçamento		Por ano	0,50

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

**TABELA XI**

**TABELA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LOCALIZAÇÃO INSTALAÇÃO E OU FUNCIONAMENTO**

<b>CÓDIGO</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
10.01	Alfaiates, costureiras, modistas estabelecidos.	UFIR	Por ano	30
10.02	Oficinas de consertos em geral	UFIR	Por ano	30
10.03	Oficinas mecânicas, elétricas, de lanternagem e pintura.	UFIR	por ano	100
10.04	Locação de vestuário em geral	UFIR	Por ano	100
10.05	Locação de veículos automotores.	UFIR	Por ano	300
10.06	Locação de vídeos, CDs e aparelhos eletrônicos em geral	UFIR	Por ano	200
10.07	Concessionários de veículos e motos.	UFIR	Por ano	400
10.08	Bancos, Caixas econômicas e instituições financeiras.	UFIR	Por ano	600
10.09	Hotéis (por estrela)	UFIR	Por ano	150
10.10	Motéis	UFIR	Por ano	500
10.11	Pensões.	UFIR	Por ano	100
10.12	Hospitais/ Santa Casa.	UFIR	Por ano	200
10.13	Clínicas em geral	UFIR	Por ano	300
10.14	Ambulatórios.	UFIR	Por ano	200
10.15	Laboratórios de análises clínicas.	UFIR	Por ano	300
10.16	Bancos de sangue, de órgãos, leite e sêmen.	UFIR	Por ano	50
10.17	Casas lotéricas, bancas de jornais e revistas.	UFIR	Por ano	300
10.18	Postos de combustíveis, lavagem e lubrificação.	UFIR	Por ano	300
10.19	Estabelecimentos de ensino particular.	UFIR		
	- de 1º. grau.		Por ano	100
	- de 2º grau		Por ano	200
	- superior		Por ano	300
	- cursos profissionalizantes/ educacionais de qualquer natureza.		Por ano	200
10.20	Academias em geral/ casas de banho.	UFIR	Por ano	300
10.21	Salões de estética pessoal em geral	UFIR	Por ano	200
10.22	Floriculturas.	UFIR	Por ano	100
10.23	Funerárias.	UFIR	Por ano	200
10.24	Tinturarias, lavanderias.	UFIR	Por ano	100
10.25	Estabelecimentos gráficos.	UFIR	Por ano	200
10.26	Copiadoras	UFIR	Por ano	200
10.27	Profissionais liberais, técnicos.	UFIR	Por ano	200
10.28	Profissionais autônomos.	UFIR	Por ano	100
10.29	Despachantes.	UFIR	Por ano	100
10.30	Publicidade/ propaganda (empresas ou agenciadores)	UFIR	Por ano	100
10.31	Agências de turismo./ Viagens.	UFIR	Por ano	100
10.32	Emissoras de rádio e televisão.	UFIR	Por ano	200
10.33	Periódicos impressos (jornais e revistas)	UFIR	Por ano	100
10.34	Imobiliárias e corretorias de imóveis.	UFIR	Por ano	200
10.35	Ambulantes.	UFIR	Por ano	100
10.36	Ambulantes eventuais.	UFIR	Por m <sup>2</sup>	2
10.37	Feiras itinerantes.	UFIR	Por ano	100

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

10.38	Exposições, congressos, torneios, rodeios e congêneres.	UFIR	Por evento	300
10.39	Construção civil (empresas)	UFIR	Por ano	100
10.40	Editoração e composição gráfica por processamento de dados.	UFIR	Por ano	100
10.41	Diversões públicas	UFIR		
	- Cinemas		Por ano	80
	- Boates		Por ano	80
	- Bingos.		Por evento	100
	- Bilhares, boliche.		Por ano	100
	- Casas com Shows ao vivo.		Por evento	50
	- Jogos eletrônicos.		Por ano	100
	- Shows ao vivo em ambiente fechado com ingressos.		Por evento	100
10.42	Estabelecimentos comerciais:	UFIR		
	Pequeno porte		Por ano	80
	Médio porte		Por ano	100
	Grande porte		Por ano	150
10.43	Estabelecimento industriais:	UFIR		
	Pequeno porte		Por ano	100
	Médio porte		Por ano	150
	Grande porte		Por ano	200
	horário especial, antecipação ou prorrogação	UFIR	Por ano mês ou fração	
10,44	comercial	UFIR		
	Pequeno porte	UFIR	Por ano mês ou fração	100
	Médio porte	UFIR	Por ano mês ou fração	200
	Grande porte	UFIR	Por ano mês ou fração	300
10,45	Serviço	UFIR	Por ano mês ou fração	
	Pequeno porte	UFIR	Por ano mês ou fração	100
	Médio porte	UFIR	Por ano mês ou fração	200
	Grande porte	UFIR	Por ano mês ou fração	300



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### TABELA XII

#### TABELA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E LICENÇA PARA PUBLICIDADE

<b>CÓDIGO</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>	<b>QUANTITATIVO.</b>
11.01	Publicidade afixada na parte interna de estabelecimentos de qualquer natureza.	UFIR	Por ano	000
11.02	Publicidade em placas painéis, cartazes, faixas e similares, colocados em terrenos, tapumes, jardins, cadeiras, andaimes, muros, telhados, platibandas, bancos, campos de esportes, Qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de ruas ou estradas e caminhos municipais.	UFIR	Por ano	150
11.03	Publicidade em cinemas, por meio de projeções.	UFIR	por ano	000
11.04	Propaganda falada através de veículos, por veículo.	UFIR	Por dia	50
11.05	Propaganda escrita, por meio de folhetos para distribuição externa em vias e logradouros públicos por publicidade).	UFIR	por remessa até 1.000	10

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### TABELA XIII

#### TABELA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS

DE OBRAS PARTICULARES:

<b>CÓDIGO</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>	<b>QUANTITATIVO.</b>
12.01	Construção, até 2 pavimentos	UFIR		
	- até 60m <sup>2</sup>		Por obra	30
	- de 60 até 100m <sup>2</sup>		Por obra	50
	- de 100 até 200m <sup>2</sup>		Por obra	70
	- acima de 200m <sup>2</sup>		Por obra	100
12.02	Construção acima de 2 pav.	UFIR		
	- até 60m <sup>2</sup>		Por obra	50
	- de 60 até 100m <sup>2</sup>		Por obra	70
	- de 100 até 200m <sup>2</sup>		Por obra	100
	- acima de 200m <sup>2</sup>		Por obra	200
12.03	Reconstrução/Reforma:	UFIR		
	- até 60m <sup>2</sup>		Por obra	30
	- de 60 até 100m <sup>2</sup>		Por obra	50
	- acima de 100m <sup>2</sup> (por unidade autônoma)		Por obra	70
12.04	Parcelamento: desmembramento remembramento, do solo urbano:	UFIR		
	- até 125,00m <sup>2</sup>		Por projeto	50
	- de 126 até 200m <sup>2</sup>		Por projeto	80
	- de 201 até 300m <sup>2</sup>		Por projeto	90
	- de 301 até 450m <sup>2</sup>		Por projeto	100
	- de 451 até 600m <sup>2</sup>		Por projeto	120
	- de 601 até 1.000m <sup>2</sup>		Por projeto	150
	- acima de 1.000m <sup>2</sup>		Por projeto	200
12.05	Aprovação de Projeto de loteamentos.(por lote)	UFIR	Por lote	10
12.06	Aprovação de arruamentos.	UFIR	Por (m <sup>2</sup> )	2
12.07	Habite-se :	UFIR		
	- até 60m <sup>2</sup>		Por obra	15
	- de 60 até 100m <sup>2</sup>		Por obra	30
	- acima de 100m <sup>2</sup>		Por obra	50
12.08	Ampliação	UFIR	Por m <sup>2</sup>	0,50
12.09	Demolição	UFIR	Por m <sup>2</sup>	0,50
12.10	Limpeza de lotes	UFIR	Por m <sup>2</sup>	0,20
12.11	Limpeza de Fachadas	UFIR	Por m. linear	0,50

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

TABELA XIV

### DA TAXA DE LICENÇA FISCALIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

CÓDIGO	ATIVIDADE	BASE DE CÁLCULO	INCIDÊNCIA		QUANTITATIVO	
			FISCALI-ZAÇÃO	Ocupação	FISCALI-ZAÇÃO	Ocupação
13.01	Espaço ocupado por bancas de jornais, revistas, frutas, verduras ou similares ou por balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes, nas feiras, vias e logradouros públicos com depósitos de materiais, em locais designados pela Prefeitura, por prazo a critério da repartição.	UFIR	Por ano	Por ano	30	30
13.02	Espaço ocupado por parque de diversões e circos.	UFIR	Por ato	Por dia	70	30
13.03	Espaço ocupado por veículos de aluguel (táxi e outros)	UFIR	Por ano	Por ano	70	70
13.04	Espaço ocupado por concessionárias ou empresas fornecedoras de: energia elétrica, gás encanado, telefonia, água e esgoto (por postes, pontos, torres, dutos, condutores qualquer, poços de visitas, ou congêneres), por ponto, por m <sup>2</sup> , por metro linear ou unidade.	UFIR	Por ano	Por mês	100	0,05
13.05	Demais usos de vias e logradouros públicos não enumerados e desde que devidamente autorizados.	UFIR	Por ano	Por mês	50	60
13.06	Espaço ocupado por ambulante ou eventual	UFIR	Por ano	Por mês ou fração	30	30
13.07	Uso de calçadão, praças, passeios, para colocação de mesas (por m <sup>2</sup> )	UFIR	Por ano ou fração	Por mês ou fração	30	0,50

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

ESTADO DE MINAS GERAIS

TABELA XV

## TABELA DA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

CÓDIGO	ATIVIDADE	BASE DE CÁLCULO	INCIDÊNCIA	QUANTITATIVO
14.01	Cemitério:	UFIR		
	- sepultamento de criança.		Por ato	20
	- sepultamento de adulto.		Por ato	50
	- exumação (desenterramento)		Por ato	50
	- traslado de ossos.		Por ato	50
	- emplacamento.		Por ato	10
	- autorização de obras		Por ato	20
	- construção de túmulo perpétuo.		Por (m <sup>2</sup> )	100
14.02	Apreensão e depósito de animais abandonados.	UFIR	Por cabeça	50
14.03	Numeração de prédios (sem placas que será cobrada à parte)	UFIR	Por obra	20
14.04	Abate de gado ou aves.	UFIR		
	- gado bovino	UFIR	Por cabeça	20
	- gado de outras espécies		Por cabeça	10
	- aves (frangos)		Por dezena	0,3
14.05	Alinhamento e nivelamento.	UFIR	Por metro linear	2
14.06	Retirada de entulho (por caçamba de até 5 metros cúbicos.	UFIR	Por caçamba	35
14.07	Licença para permissão e exploração de transporte coletivo.( por veículo)	UFIR	Por ano	100

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**TABELA XVI**

**TABELA DA TAXA DE EXPEDIENTE**

<b>CÓDIGO</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>	<b>QUANTIDADE.</b>
15.01	Requerimento dirigidos a qualquer autoridade municipal, para qualquer fim.	UFIR	Por ato	10
15.02	Averbação, em decorrência do lançamento de uma propriedade para fins de registro.	UFIR	Por ato	23
15.03	Emissão de 2º. via de guia de recolhimento de tributos.	UFIR	Por ato	2